Docusign Envelope ID: BA1B9FCF-96AE-4CB6-87D3-74B717125877

Assaí, evolução que gera resultados

- Faturamento de **R$ 84,7 bilhões (+5,2%)**, geração de caixa livre de **R$ 2,8 bilhões** e lucro líquido de **R$ 497 milhões.**
- Cerca de **40 milhões de clientes** por mês.
- A **maior e mais presente** empresa brasileira do varejo alimentar[1].
- Abertura de **10 lojas** em 2025, totalizando **312 lojas em operação.**
- Para 2026: abertura das **primeiras farmácias** e **lançamento da marca própria.**
- **Evolução do Assaí Digital** com nova parceria firmada com o Mercado Livre e ampliação da parceria com o iFood.

[1]Abras e Nielsen IQ Homescan

Aponte a câmera e confira nossos resultados financeiros 2025.

ASSAÍ
ATACADISTA

Para todos, de Sol a Sol.

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 00:24:38 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BA1B9FCF-96AE-4CB6-87D3-74B717125877

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3 B3 LISTED NM

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ambiente macroeconômico em 2025 permaneceu desafiador, marcado por juros elevados e por um alto nível de endividamento das famílias, o que tem afetado de forma assimétrica o consumo entre diferentes perfis de renda. Esse cenário conviveu, ao longo do ano, com um movimento de deflação de preços em itens importantes da cesta de consumo, refletindo maior oferta em algumas categorias básicas. Observou-se ainda um movimento incomum de deflação simultânea em diversas *commodities,* como arroz e feijão, com impactos relevantes sobre preços médios e crescimento nominal do setor. Esse conjunto de fatores afetou de maneira distinta os diferentes perfis de consumidores: enquanto o custo elevado do crédito pressionou o orçamento das famílias mais endividadas, segmentos de maior renda mantiveram volumes de consumo em trajetória de expansão.

Desempenho Financeiro e Estratégico

Nesse contexto, a resposta da Administração foi pautada na disciplina operacional e foco consistente na execução, ajustando a estratégia para sustentar competitividade e preservar participação de mercado. Inauguramos 10 novas lojas em 2025 e mantivemos disciplina financeira ao longo de todo o exercício, o que se traduziu em uma geração de caixa livre de R$2,8 bilhões, resultado da disciplina financeira, do foco na eficiência operacional e da gestão rigorosa do capital de giro. Esse desempenho permitiu a redução de R$1,2 bilhão da dívida líquida no período e o encerramento do ano com alavancagem de 2,56x, abaixo do *guidance* de 2,60x divulgado ao mercado, reforçando a solidez da estrutura de capital da Companhia em um ambiente de juros elevados.

O faturamento anual atingiu R$84,7 bilhões, refletindo a resiliência do modelo de negócios mesmo em um ambiente marcado por juros elevados, deflação em importantes categorias de consumo e maior seletividade do consumidor. A margem EBITDA Pré-IFRS 16 alcançou 5,8%, com expansão em relação ao ano anterior, sustentada pela efetividade da estratégia comercial, pela maturação das novas lojas e serviços e pelo controle contínuo de despesas.

Esses resultados foram sustentados pela força da nossa marca, pela confiança dos clientes e pela consistência da nossa proposta de valor, baseada em preço competitivo, ampla oferta de produtos e serviços e uma experiência de compra eficiente.

Em 2025, fomos reconhecidos como a marca mais valiosa do varejo alimentar no Brasil por instituições independentes (*Interbrand, Brand Finance* e TM20+InfoMoney); e ainda, pelo 4º ano consecutivo, a marca mais lembrada nos setores de supermercado e de atacado no *Top of Mind* da Folha de São Paulo, maior reconhecimento em lembrança de marca do país. Ainda, alcançamos a melhor colocação da história para uma empresa brasileira no ranking *Global Powers of Retailing* 2025, da Deloitte, entre as 100 maiores varejistas do mundo com base em desempenho financeiro (92ª colocação). Esses reconhecimentos refletem a combinação entre desempenho operacional, estratégia de crescimento sustentável, capilaridade nacional e forte conexão com consumidores de diferentes perfis socioeconômicos.

Governança, Sustentabilidade e Capital Humano

A governança corporativa permaneceu como um pilar central da nossa estratégia. Atuamos como uma *corporation*, sem controlador definido, com ações negociadas no Novo Mercado da B3, observando elevados padrões de transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa. O Conselho de Administração ("CA") manteve atuação próxima e integrada à Diretoria Executiva, exercendo papel ativo no acompanhamento da estratégia, na supervisão da gestão de riscos, na governança de pessoas e no direcionamento da agenda ESG, assegurando alinhamento entre sustentabilidade financeira, operacional e socioambiental.

Em 2025, o Assaí reduziu de 9 para 7 o número de membros do Conselho de Administração na Assembleia Geral Ordinária de abril, antecipando mudanças previstas para 2027. Na mesma assembleia, 6 conselheiros foram reconduzidos aos cargos. O CA, mais alto órgão de governança, tem agora 7 membros, sendo 6 deles independentes e 1 não independente, o CEO.

Atualmente, o CA possui 4 comitês de assessoramento: Comitê Financeiro e de Investimentos; Comitê de Gente, Cultura e Remuneração; Comitê de Auditoria; e Comitê de Governança Corporativa, Sustentabilidade e Indicação. Ainda no último ano, alcançamos um percentual de aderência de 100% das práticas recomendadas aplicáveis ao Assaí pelo Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa (CGBC), do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

A governança do Assaí integra práticas ambientais, sociais e de governança (ESG) em todos os níveis. Nesse contexto, avançamos de forma consistente na integração da sustentabilidade à estratégia do negócio. A Companhia seguiu os referenciais internacionais de reporte e governança, com destaque para GRI, SASB, TCFD e Relato Integrado. A revisão da matriz de materialidade, conduzida com metodologia de dupla materialidade e ampla escuta de *stakeholders*, reforçou o alinhamento das prioridades estratégicas aos principais riscos e oportunidades do negócio, com validação formal pelo Conselho de Administração. Esse processo fortalece a tomada de decisão e assegura que nossas iniciativas estejam conectadas à geração de valor de longo prazo.

Dentre os principais avanços de 2025 em relação aos compromissos ambientais diretamente relacionados aos ODS 7 (Energia Limpa e Acessível), ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis) e ODS 13 (Ação Climática), estão:

- 46% de reaproveitamento de resíduos, impulsionando circularidade e reduzindo impactos ambientais;
- Ampliação expressiva da matriz renovável, passando de 8 para 93 lojas com autoprodução solar, reduzindo emissões de carbono e aumentando a eficiência energética;
- Conquista do rating A- pelo *Carbon Disclosure Project* (CDP), destacando a evolução da Companhia nas práticas de gestão climática;
- Reconhecimento como uma das 30 empresas mais sustentáveis pela B3;
- Participação, pelo quarto ano consecutivo, nas carteiras ISE, ICO2 e IDIVERSA.

Além disso, a atuação social da Companhia manteve-se estruturada, institucionalizada e alinhada ao nosso propósito de fazer com que a prosperidade seja uma realidade para todos. Por meio do Instituto Assaí, ampliamos iniciativas de combate à fome, apoio ao empreendedorismo e fortalecimento das comunidades onde atuamos, com governança própria, metas claras e impacto mensurável. Em 2025, atingimos o marco recorde de 6 milhões de refeições doadas. Entendemos que o crescimento do negócio deve caminhar de forma indissociável do desenvolvimento econômico e social das regiões em que estamos presentes.

A valorização do capital humano segue como um dos principais diferenciais competitivos da Companhia. Encerramos o exercício com mais de 90 mil colaboradores(as), sendo reconhecidos, mais uma vez, como a melhor empresa de varejo alimentar para se trabalhar no Brasil, entre companhias com mais de 10 mil colaboradores, segundo o ranking *Great Place to Work* (GPTW). Esse reconhecimento reflete investimentos contínuos em desenvolvimento, capacitação, segurança, bem-estar e engajamento das pessoas, além de uma cultura organizacional baseada em ética, respeito e senso de pertencimento.

A cultura "Ser Assaí é Assim" é a base da nossa identidade corporativa e orienta todas as nossas ações. Ela traduz os valores, princípios e comportamentos esperados de cada colaborador(a), reforçando a essência da marca e seu propósito. Em 2025, iniciamos um movimento de evolução dessa cultura organizacional, buscando criar uma organização cada vez mais colaborativa, ágil, com foco no resultado e no cliente. Como primeiro passo, lançamos o valor Evoluir Sempre, que incentiva a mentalidade de transformação.

Como parte do compromisso com a formação e o desenvolvimento contínuo das nossas pessoas, destacamos iniciativas estruturadas como o Programa de Trainee, voltado à aceleração de jovens talentos para posições estratégicas, com trilhas de desenvolvimento técnico e comportamental que contribuem para a formação de futuras lideranças da Companhia.

Da mesma forma, a Universidade Assaí (UA) seguiu ampliando seu papel como principal plataforma interna de educação corporativa, oferecendo cursos, trilhas de aprendizagem e programas de capacitação para todos os níveis da organização, com foco em competências essenciais, liderança, excelência operacional e evolução de carreira. A UA fortalece o desenvolvimento profissional em larga escala e apoia a construção de uma cultura de desempenho, inclusão e crescimento contínuo.

Alinhados aos ODS 5 (Igualdade de Gênero) e ODS 10 (Redução das Desigualdades), avançamos de forma relevante na agenda de diversidade, equidade e inclusão, consolidando-nos como uma organização cada vez mais representativa da sociedade brasileira. Assumimos compromissos públicos de promoção da diversidade, inclusão e direitos humanos e de combate a qualquer tipo de violência e discriminação, trabalhando esses temas em seis frentes de atuação: Gênero; Raça; LGBTQIA+; Pessoas com Deficiência; Gerações; e Migrantes e Refugiados(as).

Ao final de 2025, 45% das posições de liderança (gerentes e acima) eram ocupadas por pessoas negras e 26% por mulheres (+0,2 p.p. vs 2024), resultado de políticas estruturadas de inclusão, desenvolvimento de talentos e combate a qualquer forma de discriminação. Entendemos que ambientes diversos e inclusivos contribuem diretamente para melhores decisões, maior inovação e desempenho sustentável. Abaixo, incluímos a distribuição de mulheres por nível hierárquico da Companhia, bem como a evolução comparada ao exercício de 2024:

Total de Colaboradoras

Cargos	2024	2025	Δ
Diretoria	12	12	–
Gerentes	133	145	9,0%
Média Liderança	3.076	3.296	7,2%
Especialistas	283	317	12,0%
Administrativo	887	1.001	12,9%
Operacional	36.771	39.611	7,7%
Aprendiz	2.125	2.398	12,8%
Total	**43.287**	**46.780**	**8,1%**

Auditores Independentes

A Companhia adota práticas rigorosas para garantir a independência de seus auditores externos, restringindo a contratação de serviços que não estejam relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Esse compromisso assegura que o auditor não revise trabalhos de sua própria autoria nem desempenhe funções gerenciais ou de representação da Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. foi responsável pela auditoria das demonstrações financeiras. Os honorários referentes aos serviços prestados no exercício totalizaram R$3.595 mil.

Perspectivas para 2026

Atenta ao cenário macroeconômico e às mudanças de hábitos de consumo da população, a Companhia vem investindo na adaptação de sortimento e categorias, evoluindo na forma como opera sempre tendo pessoas e tecnologia como bases fundamentais.

Além de responder ao cenário de curto prazo, seguimos evoluindo o modelo de negócio para capturar tendências estruturais de consumo. Nos últimos anos, ampliamos a oferta de serviços em loja - como açougue, fatiamento de frios e padaria com foco em conveniência, qualidade e maior aderência às missões de compra dos nossos clientes, contribuindo para o fortalecimento da proposta de valor do Assaí em categorias de maior relevância, como proteínas. Essa evolução contribui para fortalecer a experiência de compra e a fidelização, ao mesmo tempo em que aumenta a flexibilidade do sortimento para acompanhar mudanças de hábitos alimentares, com maior atenção a categorias de perecíveis e escolhas mais equilibradas, sem perder a proposta central de valor do atacarejo.

Para 2026, nossa agenda estratégica está concentrada em novas frentes de crescimento com potencial de elevar a geração de valor. A Companhia reforçou suas equipes e todas as iniciativas mencionadas abaixo contam com profissionais especializados.

- **Mundo Saúde:** implementação das primeiras 25 lojas (piloto) de farmácia completa no 2º semestre de 2026, em localização estratégica na loja;
- ***In&Out:*** combinando importação direta, atuação de parceiros importadores e negociações com a indústria local, a nova estratégia prioriza produtos de alta demanda, preço competitivo e oferta por tempo limitado. A iniciativa prevê o lançamento de itens de oportunidade em aproximadamente 30 categorias;
- **Marca Própria:** lançamento de aproximadamente 200 SKUs em 2026, com a entrada dos primeiros produtos nas lojas do estado de São Paulo a partir do 1º trimestre de 2026. O portfólio contemplará categorias-chave de alta penetração, com qualidade similar às marcas líderes e preços mais competitivos, sob as marcas Chef e Assaí;
- **Serviços Financeiros:** avaliação de potenciais parceiros estratégicos para o desenvolvimento e expansão de novos produtos financeiros, tais como cartão private label, seguros, assistências, consórcios, adquirência e soluções digitais - conta corrente para o público PJ - com foco em soluções aderentes ao perfil de clientes da Companhia. O projeto piloto de maquininhas (Assaí Pay) segue em evolução, com roll out previsto até o final de 2026; e
- **Assaí Digital***:* foi firmada parceria com o Mercado Livre, reforçando o ecossistema das frentes digitais da Companhia e marcando a estreia do Assaí no marketplace no modelo de *fulfillment*. Essa nova parceria corrobora a estratégia da Companhia de ampliar a conveniência e o acesso em canais digitais, com uma operação estruturada para ganhar escala com disciplina e eficiência.

Em continuidade à expansão da estratégia *phygital*, a Companhia prevê dobrar o número de lojas na plataforma do iFood, totalizando mais de 100 unidades ainda no 1º trimestre 2026, ampliando o acesso dos clientes a soluções de compra integradas.

Adicionalmente, para 2026, projetamos a abertura de aproximadamente 5 novas lojas, número significativamente inferior ao realizado em 2025. Além disso, iniciativas relacionadas a potenciais monetizações de ativos via sale and leaseback (SLB) e revisões de portfólio podem ocorrer. Essas iniciativas reforçam nossa prioridade estratégica de fortalecer a disciplina financeira seguir com a trajetória de redução da alavancagem.

Vamos avançar no atendimento e na personalização da jornada do cliente, investindo em tecnologia e automatização para, também, tornar as decisões mais ágeis. Essa evolução reduzirá custos, elevará a qualidade dos nossos serviços e reforçará a confiança que milhões de brasileiros(as) têm no Assaí.

A eficiência também será impulsionada por novos sistemas inteligentes de gestão de preços, estoques e categorias que trarão mais precisão e agilidade às nossas operações. Outro projeto que ganhará mais destaque é o *retail media*, que transforma as lojas físicas e canais digitais em plataformas de mídia. Nossa operação foi lançada em 2024 com o nome Assaí ADS e aproveita a audiência de mais de 40 milhões de visitantes mensais nas nossas lojas e uma base de 16 milhões de clientes no app Meu Assaí. Em 2025, consolidamos avanços nesse trabalho, ampliando as oportunidades de monetização com a indústria, e aceleramos a evolução do ecossistema de dados e CRM[1].

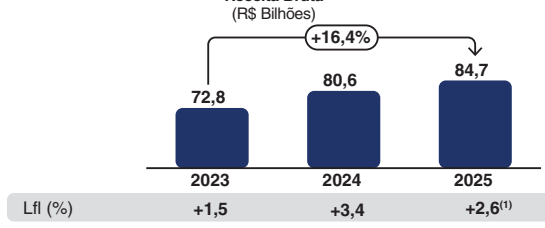
Ao olharmos para o futuro, seguimos confiantes na solidez do nosso modelo de negócios, na força da nossa marca e na capacidade da nossa equipe em gerar prosperidade a todos, sempre guiados pelos mais altos padrões de governança, ética e compromisso com a sustentabilidade. Permanecemos confiantes na capacidade do Assaí de atravessar cenários complexos, evoluir de forma sustentável e gerar valor no longo prazo para clientes, colaboradores, parceiros e acionistas.

[1] *Customer Relationship Management*

Belmiro Gomes
CEO

AVANÇO DO FATURAMENTO, COM GANHOS DE VOLUME E MARKET SHARE

Receita Bruta
(R$ Bilhões)



(1) *Excluindo -0,5% de efeito calendário*

Em 2025, as vendas totalizaram R$84,7 bilhões (+5,2%), sustentadas por +2,6% de crescimento de vendas "mesmas-lojas" e +3,1% proveniente da expansão de 10 lojas inauguradas no período e estabilidade de *market share.* Além da alta atratividade do modelo de negócio.

Devido ao elevado patamar de taxa de juros, o mais alto dos últimos 20 anos, o 4º trimestre foi marcado pela redução do poder de compra das classes de menor renda e mais endividadas, enquanto as classes de maior renda mantiveram volumes de consumo em expansão. Dados da Nielsen para o 4T25 apontam para uma disparidade de performance, em termos de volumes, entre os formatos voltados às classes sociais com menor renda (-9,6%) comparado àqueles voltados às classes de maior renda (+4,0%).

Adicionalmente, a inflação interna da Companhia possui maior exposição a *commodities* e seus derivados, que apresentam combinação inédita de deflação, com destaque para os preços de arroz, feijão, açúcar e leite, ao final de 2025. Outro fator que tem marcado o ambiente de consumo é a mudança gradual do comportamento do consumidor, com redução do consumo de carboidratos e aumento do consumo de proteínas, do qual a Companhia é a maior vendedora da América do Sul (aves, suínos, bovinos, leite e ovos), de acordo com a Nielsen.

As iniciativas em produtividade avançaram e, ao final de 2025, mais de 1.588 *self-checkouts* estavam em operação em 287 lojas, ampliando a eficiência operacional e melhorando a jornada de compra dos clientes Assaí.

PARCERIA COM MERCADO LIVRE MARCA ENTRADA DO ASSAÍ NO *MARKETPLACE* NO MODELO *FULFILLMENT*

O Assaí anuncia parceria com o Mercado Livre para iniciar sua presença em *marketplace* no modelo de *fulfillment*, ou seja, a Companhia é responsável pelo abastecimento dos Centros de Distribuição (CDs) do Mercado Livre, enquanto o parceiro assume as etapas de armazenagem, separação, preparação dos pedidos e entrega ao cliente final. Esse modelo permite ao Assaí ampliar seu alcance geográfico e acelerar sua presença em *marketplace* com menor fricção operacional.

O mix inicial de produtos foi definido para permitir aprendizado operacional e disciplina econômica, priorizando categorias não perecíveis de boa recorrência e maior ticket dentro de mercearia seca, limpeza, bebidas e itens selecionados não alimentares.

As vendas têm início previsto para o 2T26 na região sudeste, com ampliação para todo o Brasil até o final de 2026 e representam a entrada do Assaí em um novo canal digital e integram a evolução do Assaí Digital, ecossistema que reúne as frentes digitais da Companhia. Por meio do *marketplace,* o cliente poderá adquirir produtos do Assaí em uma jornada digital integrada, com a possibilidade de compor um único carrinho com itens de diferentes vendedores e categorias, utilizando a infraestrutura logística do Mercado Livre para uma experiência de entrega rápida e integrada.

Adicionalmente, as 312 lojas do Assaí em todo o Brasil poderão utilizar a plataforma do Mercado Livre para a aquisição de suprimentos e insumos operacionais.

AMPLIAÇÃO DO CANAL *LAST MILE*

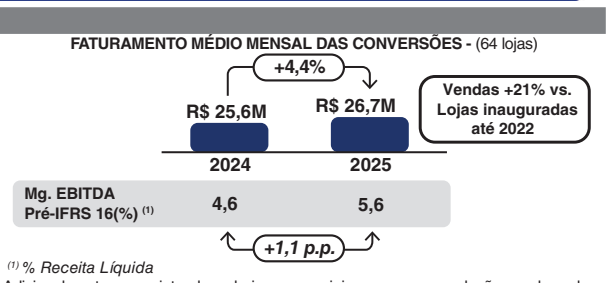
As demais iniciativas com parceiros de *last mile* também seguem fortalecendo o canal digital e ampliando conveniência para os consumidores. A parceria firmada com o iFood em 2024 impulsionou o desempenho no ano, levando a um crescimento de 94% das vendas via *last mile* frente ao mesmo período do ano anterior. Em continuidade à expansão da estratégia *phygital*, a Companhia prevê dobrar o número de lojas na plataforma do iFood, totalizando 100 unidades até o final do 1T26, ampliando o acesso dos clientes a soluções de compra integradas. Atualmente, as vendas via *last mile* representam mais de 3% da venda das lojas que estão na plataforma.

Adicionalmente, o app Meu Assaí continua sendo um dos principais canais de relacionamento com os clientes e já ultrapassa 16 milhões de cadastros. As informações geradas pela plataforma permitem análises mais precisas sobre hábitos de compra, apoiando decisões comerciais e ações de personalização. No ano, os clientes identificados por meio do aplicativo apresentaram frequência 61% maior nas lojas em relação aos não identificados, além de um gasto médio 40% superior. Como resultado, as vendas vinculadas ao uso do app representaram 46% em 2025, ante 42% em 2024.

CONVERSÕES AVANÇAM NA CURVA DE MATURAÇÃO

No ano, o parque de 64 lojas convertidas entre 2022 e 2023 alcançou um faturamento médio de R$26,7 milhões, +21% superior ao da base de lojas orgânicas abertas até 2022. Além disso, a produtividade (vendas por m²) dessas unidades convertidas correspondeu a 91% da produtividade das lojas orgânicas inauguradas até 2022. A margem EBITDA Pré-IFRS16 atingiu 5,6%, uma expansão de +1,1 p.p. comparado ao ano anterior.

FATURAMENTO MÉDIO MENSAL DAS CONVERSÕES - (64 lojas)



(1) *% Receita Líquida*

Adicionalmente, o projeto de galerias comerciais segue em evolução, acelerando a maturação das conversões por meio do aumento do tráfego de clientes, geração de receita e diluição dos custos operacionais. Em 2025, a receita de galerias totalizou R$125 milhões, avanço de +13,6% vs. 2024.

RENTABILIDADE É RESULTADO DA MATURAÇÃO DE LOJAS E ESTRATÉGIA COMERCIAL EFICIENTE

Em 2025, o lucro bruto Pré-IFRS16 atingiu R$13 bilhões e uma margem de 16,8% (+0,3 p.p. vs. 2024). Esse resultado é explicado, principalmente:

(i) pela bem-sucedida execução da estratégia comercial, que permitiu ajustes rápidos de sortimento e uma gestão eficiente de preços, garantindo a preservação e o avanço da margem mesmo em um ambiente de consumo mais desafiador;

(ii) pela contínua evolução do modelo de negócio, com a expansão dos serviços oferecidos nas lojas, proporcionando uma melhor experiência de compra. A Companhia encerrou o ano com 775 unidades de serviços disponíveis (+25% em relação ao ano anterior), sendo 270 açougues, 258 empórios de frios e 247 padarias; e

(iii) pela continuidade no processo de maturação das 140 lojas abertas nos últimos 5 anos, que representam mais de 45% do parque total em operação.

No ano, as despesas com vendas, gerais e administrativas Pré-IFRS16 totalizaram R$8,6 bilhões, equivalente a 11,2% da receita líquida. O aumento nominal das despesas é resultado, especialmente, da inflação geral do período, impactando o dissídio anual, além da implementação de projetos voltados às novas avenidas de crescimento e ao uso de tecnologia e automação.

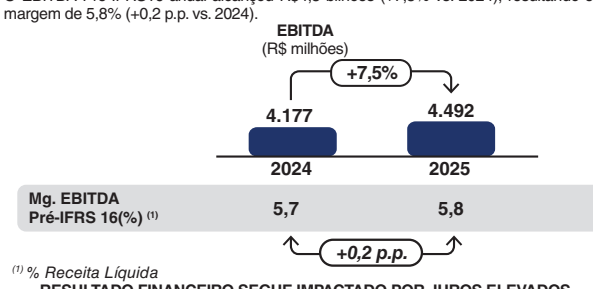
A Companhia firmou uma transação para vender sua participação na FIC ao Itaú, mantendo por dois anos a parceria comercial e a exclusividade na oferta dos produtos financeiros atuais. Nesse período, os clientes continuam utilizando os cartões *co-branded* normalmente, enquanto o Assaí ganha flexibilidade para desenvolver novas soluções financeiras com outros parceiros. A operação também levou ao reconhecimento de uma provisão de *impairment* contábil, resultando em um impacto de R$521 milhões na linha de Outras Despesas Operacionais.

Em 2025, a equivalência patrimonial foi de R$60 milhões, impactada pela mudança nas regras de cálculo da provisão dos ativos da FIC da metodologia BACEN para IFRS 9. Essa alteração refletiu em mudanças na contabilização dos investimentos na *joint venture* e, consequentemente, no reconhecimento da equivalência patrimonial nas demonstrações do Assaí.

As vendas realizadas por meio do Cartão Passaí representaram 5,4% do faturamento no período, enquanto o número de cartões ativos alcançou 1,4 milhões (+12,7% vs. 2024).

O EBITDA Pré-IFRS16 anual alcançou R$4,5 bilhões (+7,5% vs. 2024), resultando em margem de 5,8% (+0,2 p.p. vs. 2024).

EBITDA
(R$ milhões)



(1) *% Receita Líquida*

RESULTADO FINANCEIRO SEGUE IMPACTADO POR JUROS ELEVADOS

(R$milhões)	2025	2024	Δ
Rentabilidade de caixa e equivalentes	208	118	76,3%
Encargos sobre a dívida	(2.445)	(2.051)	19,2%
Custo de antecipação de recebíveis	(191)	(133)	43,6%
Outras despesas e atualizações monetárias	163	198	-17,7%
Resultado Financeiro Líquido	**(2.265)**	**(1.868)**	**21,3%**
% Receita Líquida	-2,9%	-2,5%	-0,4 p.p.

O resultado financeiro líquido Pré-IFRS16 totalizou R$2,3 bilhões em 2025, equivalente a 2,9% da receita líquida (vs. 2,5% em 2024). Os principais impactos no resultado financeiro são decorrentes:

(i) da maior rentabilidade das aplicações financeiras, devido ao aumento do CDI[2] que compensou a redução do caixa médio aplicado no período (R$1,5 bilhão no 2025 vs. R$1,9 bilhão no 2024);

(ii) do aumento na linha Encargos sobre a Dívida, decorrente da elevação do CDI[2] no período, mesmo diante de uma menor dívida líquida em 2025 comparado a 2024. Adicionalmente, essa linha inclui os efeitos da marcação a mercado, oriunda de *swaps* para CDI de dívidas indexadas a IPCA (3 séries de CRIs), taxa pré-fixada (1 série de CRI) e USD (5 operações de empréstimos), com impacto não caixa positivo em R$10 milhões no em 2025 (vs. negativo em R$88 milhões em 2024); e

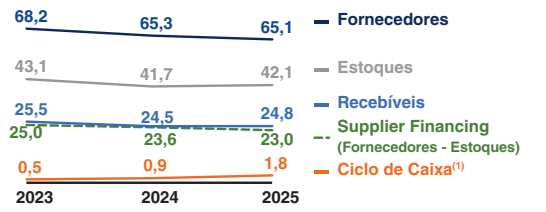
(iii) do volume de antecipação de recebíveis, que reflete o total de encargos das operações realizadas ao longo de 2025 que são atreladas ao CDI[2]. Os volumes antecipados dependem das necessidades de caixa diárias da Companhia, que variam de acordo com os montantes dos pagamentos realizados (fornecedores, CAPEX, dívidas, entre outras obrigações).

[2] 14,9% em 2025 vs. 11,3% em 2024

LUCRO LÍQUIDO IMPACTADO POR JUROS ELEVADOS E EFEITOS CONTÁBEIS

O lucro líquido Pré-IFRS16 totalizou R$699 milhões em 2025, resultando em uma margem líquida de 0,9%. Para fins de comparabilidade, excluindo os efeitos do impacto negativo referente a provisão do impairment da FIC (R$344 milhões líquidos de IRPJ/CSLL) e pelo efeito positivo dos créditos tributários (R$196 milhões no ano), o Lucro Líquido Pré-IFRS 16 Ajustado seria de R$847 milhões no ano.

GESTÃO EFICIENTE DO CICLO DE CAIXA
Em dias de CMV (Custo das Mercadorias Vendidas)



(1) Ciclo de Caixa = Fornecedores (-) Estoques (-) Recebíveis (Ajustado para recebíveis descontados)

milhões	2023	2024	2025
Fornecedores	**10.531**	**11.158**	**11.595**
Em dias de CMV	68,2 d	65,3 d	65,1 d
Estoques	**(6.664)**	**(7.127)**	**(7.504)**
Em dias de CMV	-43,1 d	-41,7 d	-42,1 d
Supplier Financing	**3.867**	**4.031**	**4.091**
Em dias de CMV	25,0 d	23,6 d	23,0 d
Recebíveis	**(3.941)**	**(4.177)**	**(4.416)**
Em dias de CMV	-25,5 d	-24,5 d	-24,8 d
Capital de Giro	**(74)**	**(146)**	**(325)**
Em dias de CMV	-0,5 d	-0,9 d	-1,8 d
CMV	**55.600**	**61.505**	**64.154**

O ciclo de caixa foi de 1,8 dias no 4T25, estável vs. 4T24 (-0,9 dia), refletindo disciplina na gestão dos estoques mesmo diante de cenário de deflação de *commodities.*

GERAÇÃO DE CAIXA LIVRE SOMA R$2,8 BILHÕES

(R$ milhões - Acumulado 12 meses)	2025	2024	Δ
EBITDA(1)	**4.432**	**4.113**	**319**
Variação Capital de Giro	(718)	(973)	255
Geração de Caixa Operacional	**3.714**	**3.140**	**574**
Capex	(1.063)	(1.596)	533
Sales & Leaseback (SLB)(2)	191	–	191
Aquisição Hipermercados	2	(878)	880
Geração de Caixa Livre	**2.844**	**666**	**2.177**
Dividendos Líquidos	(111)	124	(235)
Pagamento de Juros	(2.177)	(1.886)	(291)
Geração de Caixa Final	**556**	**(1.095)**	**1.652**

(1) EBITDA Ajustado Pré-IFRS 16 (excluindo equivalência patrimonial).

(2) Venda de ativos sob transação de sale and leaseback de duas lojas e um terreno.

A geração de caixa operacional somou R$3,7 bilhões, um aumento de R$0,6 bilhão em

continua →★

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 00:24:47 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BA1B9FCF-96AE-4CB6-87D3-74B717125877

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3
B3 LISTED NM

continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

relação a 2024. Esse desempenho decorre do avanço do EBITDA dos últimos 12 meses, com acréscimo de R$319 milhões e da melhora de R$255 milhões no capital de giro, acompanhando a evolução do ciclo de caixa no período.

A geração de caixa livre atingiu R$2,8 bilhões nos últimos 12 meses, superando em R$2,2 bilhões o montante registrado em 2024. Esse avanço reflete, sobretudo, o menor nível de investimentos em expansão, em linha com a estratégia de redução da alavancagem, e o crescimento do EBITDA, evidenciando o compromisso da Companhia com a geração consistente de caixa. Além da redução dos investimentos em expansão, foi reconhecido no período o Compromisso de Compra e Venda de Imóveis referente a duas lojas e um terreno, no valor total de R$191 milhões.

Como resultado, a geração de caixa final foi positiva em R$556 milhões (vs. -R$1,1 bilhão em 2024).

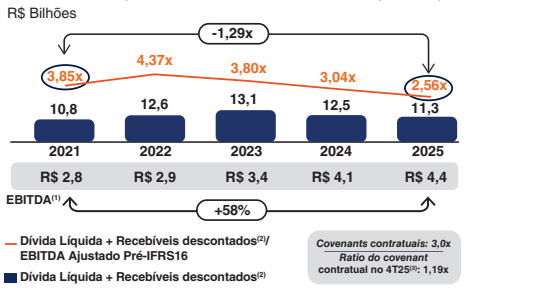
ALAVANCAGEM ABAIXO DO GUIDANCE E NO MENOR NÍVEL DESDE 2021

(R$milhões)	2025	2024	Δ
Dívida Circulante	(1.712)	(1.191)	279
Dívida Não Circulante	(14.132)	(14.184)	52
Total da Dívida Bruta[1]	**(15.844)**	**(16.175)**	**331**
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.854	5.628	226
Dívida Líquida	**(9.990)**	**(10.547)**	**557**
Saldo de Recebíveis Descontados[2]	(1.349)	(1.967)	619
Dívida Líquida + Recebíveis descontados	**(11.339)**	**(12.514)**	**1.176**
EBITDA[3]	4.432	4.113	319
Dívida Líquida + Recebíveis descontados[2]/EBITDA[3]	**-2,56x**	**-3,04x**	**-0,48x**

[1] Dívida bruta reduzida pelo valor de instrumentos financeiros derivativos.
[2] Representa o saldo de recebíveis descontado com vencimento no trimestre subsequente (excluindo custo de antecipação recebíveis).
[3] EBITDA Ajustado Pré-IFRS 16 acumulado dos últimos 12 meses (excluindo equivalência patrimonial).

O índice de alavancagem, medido pela relação dívida líquida/EBITDA Pré-IFRS16, atingiu 2,56x no trimestre, o menor nível desde 2021 e 0,48x abaixo do apresentado em 2024. A alavancagem encerrou o período abaixo do *guidance* de 2,60x, refletindo a continuidade da redução das dívidas bruta e líquida e pela evolução do EBITDA.

Ao final do período, o saldo de recebíveis descontados com vencimento no trimestre subsequente foi de R$1,3 bilhão, com prazo médio de 7 dias. A Companhia reduziu a necessidade de desconto de recebíveis em R$619 milhões em relação ao período anterior. A antecipação de recebíveis é uma operação característica do varejo e do mercado brasileiro, sendo componente relevante da gestão de tesouraria da Companhia que administra o saldo de caixa aplicado e o montante de recebíveis disponíveis para desconto.



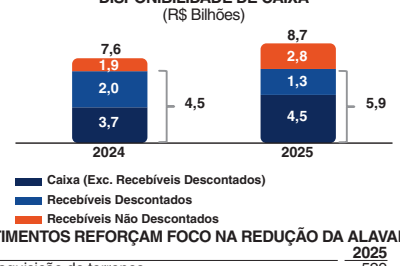
[1] EBITDA Pré-IFRS 16 acumulado 12 meses (excluindo equivalência patrimonial).
[2] Entre o 4T21 e o 4T24, o indicador de Dívida Líquida + Recebíveis Descontados contemplava o saldo a pagar da aquisição de hipermercados. O pagamento da aquisição de hipermercado foi finalizado no 1T24
[3] Ratios Contratuais: [Dívida Bruta (-) Caixa (-) Contas a receber com deságio de 1,5%] / [Lucro Bruto (+) Depreciação Logística (-) SG&A]

DISPONIBILIDADE DE CAIXA TOTAL DE R$8,7 BILHÕES

A Companhia encerrou 2025 com uma disponibilidade total de caixa de R$8,7 bilhões, considerando os recebíveis não descontados com liquidez passível em D+1.

As disponibilidades, que incluem o saldo de caixa ao final do período e os recebíveis não descontados, refletem o caixa médio aplicado, que atingiu R$1,480 bilhão em 2025. Para efeito comparativo, o caixa médio foi de R$1,917 bilhão em 2024.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA
(R$ Bilhões)



INVESTIMENTOS REFORÇAM FOCO NA REDUÇÃO DA ALAVANCAGEM

(R$ milhões)	2025	2024	Δ
Novas lojas e aquisição de terrenos	529	953	(424)
Reformas, manutenções e novos serviços	280	386	(106)
Infraestrutura e outros	106	133	(27)
Total Investimentos - Bruto	**915**	**1.472**	**(557)**
Venda de ativos	(260)	(3)	(257)
Total Investimentos - Líquido	**655**	**1.469**	**(814)**

Em 2025, os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R$ 915 milhões, redução explicada pelo compromisso da Companhia com a disciplina financeira e a diminuição da alavancagem. Ainda, no 4T25 foi concluída a venda de ativos em operação de sale and leaseback de duas lojas e um terreno no valor total de R$ 275 milhões, com efeito caixa de R$191 milhões no exercício.

No 4T25, o Assaí inaugurou 8 novas lojas em cinco estados e, ao longo de 2025, abriu 10 unidades, adicionando 50 mil m² à área de vendas e encerrando o ano com 312 lojas em operação. Para 2026, a Companhia prevê postergar alguns projetos e abrir cerca de cinco novas lojas em São Paulo, alinhada à estratégia de redução da alavancagem.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o montante destinado à distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios totalizou R$118 milhões, correspondendo a 25% do saldo disponível para distribuição de dividendos, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Esse saldo desconsidera a reserva legal de 5%.

Adicionalmente, ao longo do exercício, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio (JSCP) no valor bruto de R$140 milhões, sobre o qual incidiu Imposto de Renda Retido na Fonte no montante de R$17 milhões, resultando em um valor líquido de R$123 milhões. O pagamento está previsto para 26 de junho de 2026, conforme Aviso aos Acionistas divulgado ao mercado em 30 de dezembro de 2025.

O valor referente à parcela remanescente de dividendos excedeu o dividendo mínimo obrigatório em R$5 milhões, calculados conforme demonstrado abaixo, e está sujeito à aprovação dos acionistas em AGOE, não representando obrigação adicional da Companhia.

Em relação aos *American Depositary Share* (ADSs), o referido pagamento será efetuado por meio do banco depositário JP Morgan Chase Bank. Os titulares poderão obter informações a respeito no site https://adr.com.

(R$milhões)	2025	2024
Lucro Líquido Pós-IFRS 16	497	769
Reserva de incentivos fiscais	–	(229)
Base reserva legal	**497**	**540**
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício	25	27
Base dividendos	**472**	**513**
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	118	129
JSCP Pagos - Líquido	(123)	(109)
Dividendos propostos	**–**	20
Dividendos adicionais propostos	**(5)**	–

AVANÇOS EM ESG

O **Assaí segue promovendo prosperidade para todos(as)**, de sol a sol, por meio de **uma estratégia de sustentabilidade robusta e eficaz**, garantindo que nosso **crescimento gere valor tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente**.

Nossos três pilares estratégicos são:

- **Operações eficientes**: inovamos em nossas operações para reduzir o impacto climático e garantir cadeias de fornecimento mais responsáveis.
- **Desenvolvimento de pessoas e comunidades:** promovemos prosperidade para todos(as), com oportunidades de crescimento para os colaboradores(as), empreendedores(as) e comunidades.
- **Gestão ética e transparente:** construímos relacionamentos éticos e transparentes pautados em boas práticas ESG.

Os principais destaques do período foram:

OPERAÇÕES EFICIENTES

- **46% de reaproveitamento de resíduos** (+2,8 p.p. vs. 2024), contribuindo para a redução de emissões de escopo 3 e avançando rumo à meta de Aterro Zero até 2035, impulsionado por:
  - aumento de 144% no volume destinado à compostagem (vs. 2024);
  - ampliação do Programa Destino Certo, que evita que frutas, legumes e verduras sejam enviados para aterro, alcançando 301 lojas (+6 % vs. 2024).
- **93 lojas com autoprodução de energia solar**, fortalecendo a matriz renovável e evitando a emissão de 86 mil toneladas de CO2 em cinco anos; e
- **100% dos fornecedores de carne suína in natura aderentes à Política de Bem-Estar Animal.**

GESTÃO ÉTICA E TRANSPARENTE

- Evolução no rating do CDP (*Disclosure Insight Action*), passando de **B para A-**;
- Participação pelo **4º ano consecutivo no ICO2** (Índice Carbono Eficiente);
- **Reconhecimento da B3 como uma das 30 empresas mais sustentáveis do Brasil**, com presença simultânea nos índices ISE, ICO2 e IDIVERSA;
- **Adesão à coalizão global Brasil Sem Desperdício** (WWF e WRAP), comprometida com a redução da perda e do desperdício de alimentos no país; e
- O **Relatório Anual e de Sustentabilidade 2024** foi destacado pelo CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), por sua **qualidade, transparência e atratividade**.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E COMUNIDADES

- **O Assaí segue empenhado em promover um ambiente de trabalho cada vez mais diverso e inclusivo:**
  - 45,0% de pessoas negras na liderança (gerentes e acima);
  - 25,9% de mulheres na liderança (gerentes e acima), +0,2 p.p. em relação a 2024; e
  - 1,5% de colaboradores(as) migrantes e refugiados (+0,4 p.p. vs. 2024).
- **Por meio do Instituto Assaí, fortalecimento do impacto social:**
  - marco recorde de **6 milhões de refeições doadas**; e
  - **700 toneladas** de alimentos arrecadados pelos(as) clientes para 103 organizações sociais parceiras, através da campanha "Alimento a Gente Compartilha".

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

- **Empresas que Mais Respeitam o Consumidor:** pela sexta vez, o Assaí foi eleito a empresa que mais respeita o consumidor na categoria Atacado/Atacarejo;
- **Elite *InfoMoney:*** o Assaí integra a lista das companhias de capital aberto que mais crescem de forma consistente, sendo a única varejista alimentar do ranking;
- **Índice Caliber de Reputação 2025:** a Companhia foi reconhecida como a empresa de melhor reputação na categoria Varejo-Supermercado;
- **Popai Brasil:** o Assaí recebeu nove reconhecimentos em ações de trade marketing e *retail media* - 2 ouros, 3 pratas e 4 bronzes;
- **Prêmio Valoriza:** a Companhia foi listada entre as 15 empresas que mais geraram riqueza para a sociedade em 2025;
- **Diversidade nas Empresas:** de acordo com o levantamento produzido pela Folha de S. Paulo em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o Assaí foi destaque entre as 20 empresas com melhores indicadores de Diversidade, Equidade e Inclusão e entre as 10 referências em equidade na alta liderança; e
- ***Retail Awards:*** Belmiro Gomes, CEO do Assaí, foi homenageado no *Hall da Fama* por sua contribuição ao desenvolvimento do setor.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	**5.854**	5.628
Contas a receber	7	**3.056**	2.210
Estoques	8	**7.504**	7.127
Tributos a recuperar	9	**1.139**	1.241
Instrumentos financeiros derivativos	16.9	**7**	93
Despesas antecipadas		**111**	99
Outras contas a receber		**111**	50
		17.782	16.448
Ativos mantidos para venda	27	**18**	–
Total do ativo circulante		**17.800**	16.448
Não circulante			
Tributos a recuperar	9	**943**	672
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	**443**	140
Instrumentos financeiros derivativos	16.9	**448**	297
Partes relacionadas	10.1	**30**	23
Depósitos judiciais	17.6	**22**	24
Despesas antecipadas		**19**	9
Outras contas a receber		**605**	31
		2.510	1.196
Investimentos	11	**326**	804
Imobilizado	12.2	**13.073**	13.564
Intangível	13.1	**5.202**	5.183
Direito de uso	14.1	**8.914**	8.398
		27.515	27.949
Total do ativo não circulante		**30.025**	29.145
TOTAL DO ATIVO		**47.825**	45.593

PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	15	**11.437**	10.709
Fornecedores - Convênios	15.2	**990**	938
Empréstimos	16.9	**1.202**	38
Debêntures e notas promissórias	16.9	**517**	2.046
Salários e encargos sociais		**753**	682
Passivo de arrendamento	14.2	**461**	412
Demais impostos a recolher		**473**	529
Imposto de renda e contribuição social a pagar		**45**	34
Receitas a apropriar	18	**507**	449
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.2	**123**	129
Outras contas a pagar		**309**	346
Total do passivo circulante		**16.817**	16.312
Não circulante			
Fornecedores	15	**–**	12
Empréstimos	16.9	**2.414**	1.720
Debêntures e notas promissórias	16.9	**12.166**	12.761
Provisão para demandas judiciais	17	**266**	223
Passivo de arrendamento	14.2	**10.017**	9.232
Receitas a apropriar	18	**518**	26
Plano de ações liquidadas em caixa	20.6.3	**12**	5
Outras contas a pagar		**61**	47
Total do passivo não circulante		**25.454**	24.026
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	20.1	**1.456**	1.272
Reserva de capital		**115**	88
Reservas de lucros		**4.106**	3.933
Ações em tesouraria	20.5	**(104)**	(26)
Outros resultados abrangentes		**(19)**	(12)
Total do patrimônio líquido	.	**5.554**	5.255
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**47.825**	45.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21	**77.307**	73.819
Custo das mercadorias vendidas	22	**(64.266)**	(61.598)
Lucro bruto		**13.041**	12.221
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	22	**(6.264)**	(5.995)
Despesas gerais e administrativas	22	**(1.011)**	(878)
Depreciações e amortizações		**(1.643)**	(1.547)
Resultado de equivalência patrimonial	11	**60**	64
Outras despesas operacionais, líquidas	23	**(560)**	(21)
		(9.418)	(8.377)
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido		**3.623**	3.844
Receitas financeiras	24	**428**	324
Despesas financeiras	24	**(3.817)**	(3.233)
Resultado financeiro líquido		**(3.389)**	(2.909)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**234**	935
Imposto de renda e contribuição social	19.1	**263**	(166)
Lucro líquido do exercício		**497**	769
Lucro básico por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R$)			
Ordinárias	25	**0,369114**	0,569164
Lucro diluído por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R$)			
Ordinárias	25	**0,367865**	0,567277

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**497**	769
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado		
Valor justo de recebíveis	**(11)**	(8)
IR sobre outros resultados abrangentes	**4**	3
Resultado abrangente do exercício	**490**	764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reservas de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		1.272	56	180	957	2.172	–	–	–	(7)	4.630
Outros resultados abrangentes											
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	769	–	769
Valor justo de recebíveis		–	–	–	–	–	–	–	–	(8)	(8)
IR sobre outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	–	–	–	3	3
Resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	–	–	–	769	(5)	764
Opções de ações outorgadas		–	32	–	–	–	–	–	–	–	32
Juros sobre capital próprio		–	–	–	–	–	–	–	(125)	–	(125)
Dividendos	20.2	–	–	–	–	–	–	–	(20)	–	(20)
Recompra de ações	20.5	–	–	–	–	–	–	(26)	–	–	(26)
Reserva de incentivos fiscais		–	–	–	–	229	–	–	(229)	–	–
Reserva legal	20.3	–	–	27	–	–	–	–	(27)	–	–
Reserva para retenção de lucros		–	–	–	–	–	368	–	(368)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.272	88	207	957	2.401	368	(26)	–	(12)	5.255
Outros resultados abrangentes											
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	–	–	497	–	497
Valor justo de recebíveis		–	–	–	–	–	–	–	–	(11)	(11)
IR sobre outros resultados abrangentes		–	–	–	–	–	–	–	–	4	4
Resultado abrangente do exercício		–	–	–	–	–	–	–	497	(7)	490
Aumento de capital	20.1	184	–	–	(184)	–	–	–	–	–	–
Opções de ações outorgadas		–	27	–	–	–	–	–	–	–	27
Juros sobre capital próprio	20.2	–	–	–	–	–	–	–	(140)	–	(140)
Reserva de expansão	20.4	–	–	–	368	–	(368)	–	–	–	–
Recompra de ações	20.5	–	–	–	–	–	–	(78)	–	–	(78)
Reserva legal	20.3	–	–	25	–	–	–	–	(25)	–	–
Reserva para retenção de lucros		–	–	–	–	–	332	–	(332)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.456	115	232	1.141	2.401	332	(104)	–	(19)	5.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**497**	769
Itens que não afetam o caixa:		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**(299)**	34
Perda na alienação do imobilizado e de arrendamento	**20**	12
Depreciações e amortizações	**1.755**	1.640
Juros e variações monetárias	**3.614**	3.117
Ajuste a valor presente	**(25)**	–
Resultado de equivalência patrimonial	**(60)**	(64)
Provisão para demandas judiciais	**194**	84
Provisão de opção de compra de ações	**27**	32
Provisão de *impairment*	**533**	–
Provisão para perdas e quebras de estoque	**683**	633
Perdas (reversões) estimadas com créditos de liquidação duvidosa	**7**	(7)
	6.946	6.250
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	**(864)**	(1.011)
Estoques	**(1.060)**	(1.096)
Tributos a recuperar	**(286)**	(132)
Depósitos judiciais	**3**	21
Outros ativos	**(573)**	57
Fornecedores	**1.002**	635
Salários e encargos sociais	**71**	58
Partes relacionadas	**(7)**	–
Pagamento de demandas judiciais	**(188)**	(141)
Impostos e contribuições a recolher	**55**	140
Receitas a apropriar	**550**	20
Dividendos recebidos	**17**	124
Outros passivos	**(17)**	7
	(1.297)	(1.318)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**5.649**	4.932
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	**(1.067)**	(1.647)
Aquisição de bens do ativo intangível	**(55)**	(42)
Recebimento pela alienação de bens do ativo imobilizado	**196**	3
Recebimento pela alienação de bens do ativo mantido para venda	**2**	16
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(924)**	(1.670)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	**3.308**	6.600
Custo de captação de empréstimos	**(18)**	(54)
Pagamento de empréstimos	**(3.891)**	(4.771)
Pagamento de juros de empréstimos	**(2.192)**	(2.583)
Dividendos e juros sobre o capital próprio, pagos	**(128)**	–
Compra de ações em tesouraria	**(78)**	(26)
Pagamento de passivo de arrendamento	**(325)**	(289)
Pagamento de juros de passivo de arrendamento	**(1.146)**	(1.060)
Pagamento de aquisição de pontos comerciais	**(29)**	(910)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(4.499)**	(3.093)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**226**	169
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**5.628**	5.459
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**5.854**	5.628

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas		
Vendas de mercadorias e serviços	**84.512**	80.388
(Perdas) reversões estimadas com créditos de liquidação duvidosa	**(6)**	12
Outras despesas, líquidas	**(506)**	(5)
	84.000	80.395
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo das mercadorias vendidas	**(69.326)**	(66.781)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(3.811)**	(3.524)
	(73.137)	(70.305)
Valor adicionado bruto	**10.863**	10.090
Retenções		
Depreciação e amortização	**(1.755)**	(1.640)
Valor adicionado líquido produzido	**9.108**	8.450
Recebido em transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	**60**	64
Receitas financeiras	**448**	339
	508	403
Valor adicionado total a distribuir	**9.616**	8.853
Pessoal	**4.424**	3.934
Remuneração direta	**2.968**	2.659
Benefícios	**963**	861
FGTS	**252**	220
Outros	**241**	194
Impostos, taxas e contribuições	**827**	872
Federais	**239**	396
Estaduais	**408**	306
Municipais	**180**	170
Remuneração de capitais de terceiros	**3.868**	3.278
Juros	**3.851**	3.262
Aluguéis	**17**	16
Remuneração de capitais próprios	**497**	769
Juros sobre capital próprio	**140**	125
Dividendos	**–**	20
Lucros retidos	**357**	624
Valor adicionado total distribuído	**9.616**	8.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 00:24:56 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BA1B9FCF-96AE-4CB6-87D3-74B717125877

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3
B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "Sendas") é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código "ASAI3". A Companhia tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar e outros produtos, por meio de sua rede de lojas, representada pela bandeira "ASSAÍ", sendo este o único segmento divulgável. A Companhia possui sede no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 6.000, Lote 2 - Anexo A, Jacarepaguá/RJ. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia operava 312 lojas (302 lojas em 31 de dezembro de 2024) e 12 Centros de Distribuição (12 Centros de Distribuição em 31 de dezembro de 2024), estando presente nas cinco regiões do país, atuando em 24 estados e no Distrito Federal.

Em 19 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a intenção de realizar a deslistagem voluntária de suas *American Depositary Shares* ("ADSs") da *New York Stock Exchange* ("NYSE"). A deslistagem, que foi efetivada no dia 09 de janeiro de 2025, está em linha com a estratégia de longo prazo da Companhia de manter a eficiência da operação. As ADSs passaram a ser negociadas em mercado balcão com o *ticker* "ASAIY".

Tendo em vista o cumprimento dos critérios aplicáveis, a Companhia arquivou, em 12 de janeiro de 2026, perante a *Securities and Exchange Commission* ("SEC") o *Form 15F* com a finalidade de cancelar seu registro e encerrar suas obrigações de divulgações nos termos do *Securities and Exchange Act of 1934*. Com o protocolo, as obrigações de realizar divulgações requeridas ficam imediatamente suspensas e se espera que o cancelamento de registro na SEC se torne eficaz em 90 dias na ausência de objeção.

1.1 Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2 Assuntos do ano

Os assuntos relevantes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram:

- Deslistagem das ADSs da NYSE e cancelamento de registro na SEC, vide nota 1.
- Ajuizamento de medida cautelar em face de Casino e GPA, vide nota 1.3.
- Transação *Sale and Leaseback*, vide notas 1.4 e 12.2.
- Divulgação sobre levantamento de créditos de PIS e COFINS de bebidas frias, vide nota 9.2.
- Acordo para alienação de participação, vide nota 11.2.
- Captação de empréstimo em moeda nacional e moeda estrangeira com operações de *swap*, vide nota 16.9.
- Pré-pagamento de dívidas, vide nota 16.9.2.
- Captação mediante a 13ª emissão de debêntures, vide nota 16.10.
- Aumento de capital mediante capitalização de reserva de expansão, vide nota 20.1.
- Deliberação para pagamento de juros sobre capital próprio, vide nota 20.2.

1.3 Ajuizamento de medida cautelar em face de Casino e GPA

Conforme Fato Relevante, divulgado pela Companhia no dia 24 de setembro de 2025, a Companhia ajuizou medida cautelar com pedido liminar, em caráter antecedente à instauração de procedimento arbitral, em face de Casino Guichard Perrachon S.A. e Segisor (conjuntamente, "Casino") e da Companhia Brasileira de Distribuição ("GPA"), requerendo, em síntese: (i) a indisponibilidade das ações de emissão do GPA detidas, direta ou indiretamente, pelo Casino ou, alternativamente, que eventual alienação dessas ações ficasse condicionada ao depósito judicial do valor correspondente à eventual alienação ou à prestação de garantia idônea em favor da Companhia; e (ii) que o GPA apresentasse garantias suficientes para manter a Companhia indene quanto às obrigações assumidas no Acordo de separação celebrado entre a Companhia e o GPA em 14 de dezembro de 2020 sobre contingências tributárias do GPA anteriores à cisão concluída em 31 de dezembro de 2020, mensuradas e divulgados nas notas 17.4 e 17.4.1.

O ajuizamento da medida cautelar com pedido liminar fundamentava-se ainda, entre outros elementos, pelo recebimento de notificação de abertura de Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade ("PARR") pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, buscando atribuir responsabilização solidária à Companhia por contingências do GPA ainda em discussão, no valor aproximado de R$36.

O requerimento para início do procedimento arbitral antecedido pela medida cautelar foi tempestivamente apresentado pela Companhia perante a câmara arbitral competente.

Conforme comunicado publicado ao mercado em 15 de dezembro de 2025, o juízo da 3ª Vara Empresarial do Estado de São Paulo indeferiu o pedido de tutela de urgência formulado pela Companhia em 12 de dezembro de 2025, no âmbito da medida cautelar. A decisão de primeira instância, da qual ainda cabe recurso, fundamentou-se no fato de que o GPA garantiu as contingências tributárias então em curso e exigidas contra a Companhia, inclusive o PARR.

A medida cautelar judicial e o procedimento arbitral continuam em andamento, com o objetivo de resguardar os direitos da Companhia e de assegurar, nos termos do Acordo de separação, a adequada alocação de responsabilidades e obrigações entre as partes, inclusive no que se refere à prestação de garantias e à indenização por eventuais passivos que não sejam de responsabilidade da Companhia. A Administração da Companhia concluiu que não há efeitos contábeis que afetem as demonstrações financeiras até a data de sua emissão.

1.4 *Sale and Leaseback*

Em 22 de outubro de 2025, a Companhia celebrou a operação estruturada do "Instrumento de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis", com *Term Sheet* assinado entre a Companhia e o grupo Sucesspar. O instrumento tem por objetivo a realização da venda e a locação concomitante à Companhia na operação de *Sale and Leaseback* de três imóveis próprios, sendo duas lojas já em operação, uma localizada em Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, e outra localizada em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e um terreno localizado em São Paulo, no Estado de São Paulo.

Em 30 de dezembro de 2025, a última cláusula restritiva foi cumprida e, sendo assim, a operação foi concluída. O valor total da venda desses imóveis foi de R$275, sendo que R$191 já foi recebido na mesma data e R$84 será recebido daqui a 36 meses, corrigido pelo IPCA. O saldo remanescente está registrado na rubrica de "Outras contas a receber" no ativo não circulante. O resultado com a baixa dos saldos contábeis dos respectivos ativos foi um ganho no valor de R$20, registrado na rubrica "Resultado de ativo imobilizado e de arrendamento" na nota 23.

1.5 Impactos da inflação no segmento

O cenário macroeconômico de 2025 foi marcado por juros elevados e pelo alto nível de endividamento do mercado, o que afetou de forma distinta os padrões de consumo entre os diferentes perfis de renda. Enquanto o custo elevado do crédito pressionou o orçamento das famílias mais endividadas, segmentos de maior renda mantiveram volumes de consumo em trajetória de expansão.

Apesar desse ambiente desafiador, a Companhia apresentou redução do endividamento. resultante da substituição de dívidas por outras com custo financeiros inferiores e prazos mais longos, conforme evidenciado na nota 16.9.2, mantendo a trajetória de desalavancagem.

1.6 Reforma tributária

A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou a Reforma Tributária, cujo objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços. A Reforma tributária estabelece a implementação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

O ano de 2026 foi definido como período de transição e testes pelo Fisco e pelos contribuintes. Durante esse período, os novos tributos (IBS e CBS) serão destacados de forma meramente informativa nos documentos fiscais, sem impacto econômico, financeiro ou contábil para a Companhia e seus clientes, conforme previsto na legislação vigente.

A Companhia permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma Tributária, incluindo análises de cenários, simulações e avaliação de potenciais impactos futuros em sua operação, margens, formação de preços, cadeia de suprimentos e créditos tributários. Adicionalmente, a Companhia está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais.

Não existem impactos materiais identificados que exijam reconhecimento contábil ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras.

Abaixo ilustramos a correlação dos tributos atuais com os novos, o cronograma da transição e as ações efetuadas pela Companhia até o momento:

2 BASE DE PREPARAÇÃO E DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem a Lei nº 6.404/76 e os pronunciamentos técnicos e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por: (i) determinados instrumentos financeiros; e (ii) ativos e passivos oriundos de combinações de negócios mensurados pelos seus valores justos, quando aplicável. Em conformidade com a OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão das atividades da Companhia.

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhões de reais - R$. A moeda funcional da Companhia é o Real - R$.

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de fevereiro de 2026.

As referências às normas internacionais de relatório financeiro *IFRS* foram atualizadas pelas diretrizes de marcas registradas da Fundação *IFRS*. As diretrizes atualizadas da Fundação *IFRS* exigem, entre outras coisas, que os padrões da *IFRS*, incluindo as *International Accounting Standards - IASs* e as *IFRSs*, sejam chamados de *"IFRS Accounting Standards"*.

3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas e práticas contábeis materiais estão descritas em cada nota explicativa correspondente, exceto as abaixo que são relacionadas a mais de uma nota explicativa. As políticas e práticas contábeis foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados.

3.1 Transações em moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para o Real, de acordo com a cotação das respectivas moedas no encerramento dos exercícios. Diferenças oriundas no pagamento ou na conversão de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

3.2 Classificação dos ativos e passivos como circulantes e não circulantes

Os ativos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com previsão de realização ou que se pretenda vender ou consumir no prazo de doze meses, a partir das datas dos balanços, são classificados como ativos circulantes. Os passivos (com exceção do imposto de renda e contribuição social diferidos) com expectativa de liquidação no prazo de doze meses a partir das datas dos balanços são classificados como circulantes. Todos os demais ativos e passivos (inclusive impostos fiscais diferidos) são classificados como "não circulantes".

Ativos e passivos de longo prazo são ajustados a valor presente no reconhecimento inicial, pois seus efeitos são materiais.

Os impostos diferidos ativos e passivos são classificados como "não circulantes", líquidos por entidade legal.

3.3 Subvenções governamentais

São reconhecidas quando há razoável segurança de que a Companhia cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo.

3.4 Dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício, com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no estatuto social. Os eventuais valores que excederem esse mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são aprovados pelos acionistas da Companhia, vide nota 20.2.

3.5 Demonstração dos fluxos de caixa, pagamentos de juros

As demonstrações dos pagamentos de juros sobre as operações de empréstimos e de arrendamentos realizadas pela Companhia estão sendo divulgados nas atividades de financiamento em conjunto com os pagamentos dos empréstimos e arrendamentos relacionados, em conformidade com o CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.6 Demonstração do valor adicionado

Tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Companhia no exercício e a respectiva forma de distribuição, sendo apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme a IFRS.

A demonstração foi elaborada de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, utilizando as informações extraídas dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

4 ADOÇÃO DE NOVOS PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO *IASB* E CPC E NORMAS PUBLICADAS VIGENTES A PARTIR DE 2025

4.1 Alterações às *IFRSs* e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

Em 2025, a Companhia avaliou as emendas e novas interpretações aos CPCs e às *IFRSs* emitidos pelo CPC e *IASB* que entraram obrigatoriamente em vigor para exercícios contábeis iniciados em ou a partir de 1° de janeiro de 2025. São elas:

- Alterações à IAS 21 - Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio Intitulada Falta de Conversibilidade.
- Orientação Técnica OCPC 10 - Créditos de Carbono, Permissões de emissão *(allowance)* e Crédito de Descarbonização.
- Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.
- Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial.

As normas não são aplicáveis à Companhia e consequentemente não geram impactos nestas demonstrações financeiras.

4.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia efetuou a avaliação de todos os CPCs e *IFRSs* novos e revisados, já emitidos e ainda não vigentes, porém não adotou nenhum antecipadamente.

As seguintes normas não são aplicáveis à Companhia e consequentemente não têm impacto nestas demonstrações financeiras:

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais.
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

As seguintes normas estão em fase de avaliação:

- **Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**

Introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o CPC deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação. Vigência a partir de 1° de janeiro de 2026.

Não é esperado impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11**

O IASB emitiu alterações de escopo limitado no âmbito de sua revisão periódica das normas IFRS, com o objetivo de promover esclarecimentos, simplificações e maior consistência normativa. As mudanças afetam, entre outras, as normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7. Em convergência com essas atualizações, o CPC deverá refletir tais alterações em futuras revisões dos pronunciamentos técnicos correspondentes. Vigência a partir de 1° de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, desde que divulgada.

Não é esperado impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- **CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras**

A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo exigências não alteradas e introduzindo novos requisitos de apresentação e divulgação. Parte do conteúdo da IAS 1 foi realocado para a IAS 8 e para a IFRS 7, além de pequenas alterações introduzidas na IAS 7 e na IAS 33. A norma estabelece, ainda, novos requisitos para a apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e aprimoramento dos critérios de agregação e desagregação de informações. Vigência a partir de 1° de janeiro de 2027.

Essa alteração está em fase de avaliação e é esperado que tenha um impacto significativo na forma de divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia, vide nota 4.2.1.

4.2.1 IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras

Com base nas análises preliminares realizadas até o momento, a Administração identificou que a adoção do IFRS 18 poderá resultar, entre outros aspectos, nas seguintes mudanças:

Classificação e apresentação de resultados

- Revisão da classificação de determinadas receitas e despesas, incluindo itens como por exemplo: variação cambial, custo de desconto de recebíveis, atualizações monetárias, receita de antecipação de fornecedores, que poderão ser reclassificados conforme a natureza da transação que lhes deu origem.
- Alterações no escopo do resultado financeiro, com redefinição dos itens que o compõem à luz dos novos conceitos introduzidos pela norma.
- Alterações no escopo de outras receitas e despesas operacionais, considerando as alterações de classificação.

Estrutura das demonstrações financeiras

- Implementação de uma nova estrutura da Demonstração do Resultado com: redefinição do lucro operacional; criação de um novo bloco de resultado de financiamento; criação de um novo bloco de resultado de investimento.
- Alterações na Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluindo: mudança do lucro utilizado como ponto de partida; reclassificação dos dividendos recebidos para as atividades de investimento.
- Inclusão de nova linha no Balanço Patrimonial: Reclassificação do saldo de ágio, que deixará de ser apresentado no ativo intangível e passará a ser apresentado em linha específica do ativo não circulante.
- Adequação da apresentação da nota explicativa, hoje apresentada como Resultado Financeiro Líquido (nota 24), que passará a ser classificado nos novos blocos da nova estrutura da Demonstração do Resultado: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento.

Indicadores, métricas e *covenants*

- Avaliação do impacto do IFRS 18 sobre o EBITDA, considerando as novas definições de resultado operacional.
- Análise dos efeitos potenciais sobre o cálculo de *covenants* contratuais, em especial aqueles atrelados a indicadores de desempenho financeiro.
- Estudo e definição das Medidas de Desempenho Gerencial (MPMs - *Management Performance Measures)* que poderão ser apresentadas nas demonstrações financeiras, conforme os novos requisitos de divulgação da norma.

Status atual e próximos passos

A Administração ressalta que os estudos ainda estão em andamento e que os impactos quantitativos e definitivos da adoção do IFRS 18 ainda não podem ser mensurados com razoável segurança. A Companhia continuará avaliando os efeitos da norma ao longo de 2026, incluindo possíveis impactos retrospectivos, requerimentos adicionais de divulgação e ajustes nos controles internos e processos operacionais.

4.3 Normas IFRS S1 e S2/CBPS* 01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima

Em atendimento às Resoluções CVM nº193/2024, nº217/2024, nº218/2024 e nº219/2024, que exigem que as entidades divulguem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionadas a sustentabilidade, bem como requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima, com prazo obrigatório para adoção a partir de 1° de janeiro de 2026. A Companhia não realizou a adoção voluntária para 2025, mas está avaliando os impactos das normas em conjunto com consultoria especializada em temas climáticos.

*Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS.

5 PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS

A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que demandem ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:

Política Contábil	Notas
Redução ao valor recuperável - *impairment*	7.2, 11.2, 12.1, 13.2 e 13.3
Estoques: constituição de provisões por estimativas de perda	8.2
Tributos a recuperar: expectativa de realização dos créditos tributários	9
Arrendamento mercantil: determinação do termo de contrato do *leasing* e da taxa de juros incremental	14.2
Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e outros instrumentos financeiros	16.8
Provisão para demandas judiciais: constituição de provisão para causas que representem expectativas de perdas prováveis e estimadas com um certo grau de razoabilidade	17
Imposto de renda: constituição de provisões com base em estimativas razoáveis, incluindo tratamentos incertos	17.4.1 e 19
Pagamentos com base em ações: estimativa do valor justo das operações com base em um modelo de avaliação	20.6

6 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreendem o caixa, as contas bancárias e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e sujeitos a um risco insignificante de alteração do valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados em até 90 dias a partir da data da aplicação, sem perda de rendimentos.

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e bancos	**113**	106
Caixa e bancos - Exterior (i)	**25**	28
Aplicações financeiras (ii)	**5.716**	5.494
	5.854	5.628

(i) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tem recursos mantidos no exterior, sendo, R$25 em dólares norte-americanos (R$28 em dólares norte-americanos em 31 de dezembro de 2024).

(ii) Em 31 de dezembro de 2025, as aplicações financeiras, correspondem às operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados pela média ponderada de 98,82% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,54% do CDI em 31 de dezembro de 2024). A exposição da Companhia aos indexadores de taxa de juros e a análise de sensibilidade para estes ativos financeiros estão divulgados na nota 16.7.

7 CONTAS A RECEBER

Os saldos são registrados inicialmente pelo valor da transação, que correspondem ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados conforme a carteira: (i) valor justo por meio de outros resultados abrangentes, no caso dos recebíveis de cartão de crédito; e (ii) custo amortizado, para as demais carteiras.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 00:25:06 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A674BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BA1B9FCF-96AE-4CB6-87D3-74B717125877

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Proveniente de vendas com:			
Cartões de crédito	7.1	**2.140**	1.418
Cartões de crédito - Partes relacionadas (FIC)	10.1	**453**	412
Tickets	7.1	**227**	113
Total de cartões de crédito *e tickets*		**2.820**	1.943
Boletos		**202**	177
Fornecedores e outros		**41**	93
		3.063	2.213
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	7.2	**(7)**	(3)
		3.056	2.210

Abaixo apresentamos a composição do saldo pelo seu valor bruto por período de vencimento:

	Total	A vencer	Títulos vencidos: Até 30 dias	Títulos vencidos: Acima de 30 dias
31 de dezembro de 2025	**3.063**	**3.051**	**8**	**4**
31 de dezembro de 2024	2.213	2.204	8	1

7.1 Cessão de contas a receber de clientes

A Companhia fez cessão, sem direito de regresso, de parte de suas contas a receber, referente a cartão de crédito e *tickets* junto às administradoras, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, o montante correspondente a essas operações é de R$1.349, líquido dos custos de antecipação (R$1.967 em 31 de dezembro de 2024). O montante foi baixado do saldo de contas a receber, pois todos os riscos relacionados aos recebíveis foram substancialmente transferidos. O custo de antecipação destes recebíveis em 31 de dezembro de 2025 foi de R$177 (R$127 em 31 de dezembro de 2024), classificado na rubrica "Custo e desconto de recebíveis" na nota 24.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor dos recebíveis, atualmente, passíveis de desconto (cartões de crédito e *tickets*) é de R$2.820 (R$1.943 em 31 de dezembro de 2024).

7.2 Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

As perdas estimadas são constituídas com base em análises quantitativas e qualitativas, no histórico de perdas efetivas dos últimos 24 meses, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções de premissas relacionadas a eventos macroeconômicos como índice de desemprego e índice de confiança do consumidor, bem como o volume de créditos vencidos da carteira de contas a receber. A Companhia optou por mensurar estimativas para perdas com contas a receber por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

O saldo é mensurado ao custo amortizado e apresentado como redutor do seu saldo contábil.

	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	**(3)**	(15)
Adições	**(18)**	(42)
Reversões	**12**	49
Baixas	**2**	5
No final do exercício	**(7)**	(3)

8 ESTOQUES

São contabilizados pelo custo de aquisição e avaliados pelo custo ou valor líquido de realização, o que for menor. Os estoques adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores, ainda não realizadas.

O valor líquido de realização é o preço de venda no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda, tais como: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente à venda; (iii) custo da mercadoria; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lojas		**6.656**	6.498
Centrais de distribuição		**1.462**	1.231
Acordos comerciais	8.1	**(513)**	(505)
Perdas com estoques	8.2	**(101)**	(97)
		7.504	7.127

8.1 Acordos comerciais

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de acordos comerciais não realizados, apresentado como redutor do saldo de estoques, totalizou R$513 (R$505 em 31 de dezembro de 2024).

8.2 Perdas com estoques

Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de quebras e giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	**(97)**	(81)
Adições	**(707)**	(649)
Reversões	**24**	16
Baixas	**679**	617
No final do exercício	**(101)**	(97)

9 TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia registra créditos tributários quando: (i) são gerados na operação; ou (ii) se reúne entendimento jurídico, documental e factual sobre tais créditos que permitam seu reconhecimento, incluindo a estimativa de realização.

O crédito de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, é reconhecido como redutor de "custo das mercadorias vendidas" e o Programa de Integração Social e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - PIS e COFINS, como redutor das contas de resultado sobre as quais são calculados os créditos.

A realização dos tributos é efetuada com base em projeções de crescimento, aspectos operacionais e estimativas de geração de débitos para a utilização dos créditos pela Companhia. Os estudos mencionados são elaborados e revisados periodicamente com fundamento em informações extraídas do planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração.

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
ICMS	9.1	**1.548**	1.297
PIS e COFINS	9.2	**302**	353
Instituto Nacional do Seguro Social - INSS		**103**	144
Impostos retidos a recuperar		**129**	119
		2.082	1.913
Circulante		**1.139**	1.241
Não circulante		**943**	672

9.1 Crédito de ICMS

A substituição tributária do ICMS ainda prevalece na maioria dos Estados. Essa sistemática implica a antecipação do recolhimento do ICMS ao longo de toda a cadeia comercial, seja no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, seja na sua entrada em cada Estado. A aplicação dessa sistemática aos produtos comercializados no varejo pode gerar a antecipação do tributo e, consequentemente, valores passíveis de ressarcimento em determinadas operações.

- **Expectativa de realização dos créditos de ICMS**

Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de ICMS a recuperar, conforme demonstrado no gráfico abaixo:

9.2 Crédito de PIS e COFINS

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal - STF reconheceu, em sede de repercussão geral, a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021, o Plenário do STF julgou os Embargos de Declaração, em relação ao valor a ser excluído da base de cálculo das contribuições, no caso se deveria ser apenas o ICMS pago ou se todo o ICMS, conforme destacado nas respectivas notas fiscais. O STF proferiu decisão favorável aos contribuintes, concluindo que todo o ICMS destacado deve ser excluído da base de cálculo.

Atualmente a Companhia, com o julgamento favorável da Suprema Corte, vem reconhecendo a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS.

- **Expectativa de realização dos créditos de PIS e COFINS**

Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia possui controles de monitoramento sobre a aderência ao plano anualmente estabelecido, reavaliando e incluindo novos elementos que contribuem para a realização do saldo de PIS e da COFINS a recuperar, no montante de R$302 e a expectativa de realização está dentro de 1 ano.

- **Créditos tributários contingentes**

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui créditos tributários contingentes decorrentes da apuração de PIS e COFINS relacionados às suas operações com bebidas frias, no valor aproximado de R$ 1,5 bilhão.

Considerando o estágio atual de consolidação do entendimento sobre o tema, tais créditos foram classificados como ativo contingente, nos termos do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não tendo sido reconhecidos no balanço patrimonial nem no resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. O efeito no resultado ocorrerá somente quando atendidos os critérios previstos na norma aplicável.

10 PARTES RELACIONADAS

10.1 Saldos e transações com partes relacionadas

	Saldos do Ativo: Contas a receber		Saldos do Ativo: Outros ativos		Saldos do Passivo: Fornecedores		Transações: Receitas		Transações: Despesas	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Joint Venture										
Financeira Itaú CBD S.A. Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")	**453**	412	**30**	23	**17**	26	**258**	239	**(225)**	(209)
	453	412	**30**	23	**17**	26	**258**	239	**(225)**	(209)
Circulante	**453**	412	**–**	–	**17**	26				
Não circulante	**–**	–	**30**	23	**–**	–				

FIC: celebração de contratos comerciais para regular as regras para a promoção e venda dos serviços financeiros ofertados pela FIC nas lojas da Companhia para implementação da parceria financeira entre a Companhia e o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") no acordo de associação, dentre os quais: (a) serviços de correspondente bancário no Brasil; (b) acordo de indenização em que a FIC se comprometeu em manter a Companhia indene de perdas incorridas em decorrência dos serviços; e a FIC e a Companhia se comprometeram, entre si, em indenizar uma à outra por contingências de suas responsabilidades; e (c) acordo para fornecimento pela Companhia à FIC, e vice-versa, de informações e acesso a sistemas para oferta dos serviços.

As transações com partes relacionadas estão sendo representadas por operações realizadas segundo preços, termos e condições acordadas entre as partes, e são mensuradas substancialmente a valores de mercado.

Adicionalmente, após a conclusão da cisão entre a Companhia e o GPA em 31 de dezembro de 2020, ambas se comprometeram a envidar esforços comercialmente razoáveis, no prazo de até 18 meses, para liberar, substituir e/ou de qualquer outra forma, remover a contraparte da posição fiadora, em relação a passivos ou obrigações, passando a incidir, após o referido prazo, o pagamento de fee, de forma líquida, a título de remuneração das garantias prestadas por ambas as partes. Caso a Companhia e o GPA deixassem de estar submetidas a controle comum, as partes ficariam obrigadas a liberar, substituir e/ou de qualquer outra forma, remover as garantias até então não substituídas ou prestadas, observados os prazos estabelecidos no Acordo de Separação. A Companhia e o GPA deixaram de ser partes relacionadas no exercício social de 2023 e estão tomando as providências necessárias para substituição das garantias cruzadas sobre as obrigações contratuais de aluguel de lojas. O *fee* pago ao GPA a título de remuneração das garantias prestadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi inferior a R$1.

10.2 Remuneração da administração

As despesas referentes à remuneração dos administradores que foram registradas no resultado da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram as seguintes (valores expressos em milhares de reais):

	Salário base		Remuneração variável		Plano de opção de compra de ações e plano de pagamento baseado em ações (i)		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Conselho de administração	**11.747**	12.418	**–**	–	**–**	–	**11.747**	12.418
Diretores estatutários	**12.344**	15.436	**19.454**	19.471	**31.353**	24.448	**63.151**	59.355
Diretores não estatutários	**54.683**	42.131	**22.656**	43.867	**18.863**	18.370	**96.202**	104.368
Conselho fiscal	**703**	596	**–**	–	**–**	–	**703**	596
	79.477	70.581	**42.110**	63.338	**50.216**	42.818	**171.803**	176.737

(i) Maiores detalhes do plano de pagamento baseado em ações para os Diretores estatutários, vide nota 20.6.3.

O plano de opção de compra de ações, integralmente conversíveis em ações, se relaciona aos executivos da Companhia e esse plano vem sendo tratado no resultado da Companhia. As despesas correspondentes são alocadas à Companhia e registradas no resultado do exercício em contrapartida à reserva de capital - opções de compra no patrimônio líquido. Não há outros benefícios de curto prazo concedidos aos membros da administração da Companhia. Os planos de benefícios de longo prazo estão divulgados nas notas 20.6.4 e 20.6.5.

11 INVESTIMENTOS

Operações em conjunto ou *Joint Venture* é um negócio em conjunto segundo o qual as partes integrantes que detêm o controle conjunto do negócio têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio. Essas partes são denominadas de operadoras em conjunto. Controle conjunto é o compartilhamento, contratualmente convencionado, do controle de negócio, que existe somente quando decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controle.

A controlada em conjunto está sendo contabilizada no método da equivalência patrimonial.

A seguir são apresentados os detalhes do investimento da Companhia no encerramento do exercício:

Tipo de investimento	Sociedades	País	Participação nos investimentos - % Participação direta 31/12/2025	31/12/2024
Joint Venture	Bellamar Empreendimento e Participações S.A.	Brasil	**50,00**	50,00

Informações financeiras resumidas da *Joint Venture*	31/12/2025	31/12/2024
Ativo circulante	**1**	1
Ativo não circulante	**546**	461
Patrimônio líquido	**547**	462
Lucro líquido do exercício	**120**	128

Composição e movimentação dos investimentos	Nota	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício		804	864
Equivalência patrimonial		**60**	64
Dividendos recebidos		**(17)**	(124)
Provisão de *impairment*	11.2	**(521)**	–
No final do exercício		**326**	804

11.1 Negócio em conjunto *(Joint Venture)*

A Bellamar é uma sociedade que detém 32,99% (35,76% em 31 de dezembro de 2024) do capital social da FIC (Financeira do Banco Itaú) e, portanto, a Companhia detém, de forma indireta, participação de 16,50% (17,88% em 31 de dezembro de 2024) na FIC. A diluição de participação ocorreu em 30 de novembro de 2025 como passo antecessor da cisão da FIC, conforme mencionada na nota 11.1.1. A FIC tem por objeto a prática de todas as operações permitidas, nas disposições legais e regulamentadas, às sociedades de crédito, financiamento e investimento, incluindo a emissão e administração de cartões de crédito, próprios ou de terceiros, bem como a atuação e desempenho das funções de correspondentes no país. As operações da FIC são conduzidas pelo Itaú Unibanco Holding S.A.

O investimento está reconhecido como um negócio em conjunto *(Joint Venture)* e é contabilizado com base no método da equivalência patrimonial que, de acordo com o CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto *(Joint Venture)*, é reconhecido inicialmente pelo custo. O valor contábil do investimento é composto pelo saldo ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da *Joint Venture* a partir da data de aquisição e por valor de mais valia decorrente de reavaliação de valor justo em permuta de ações com o GPA em 2020, quando da ocorrência do processo de cisão de Companhia.

As demonstrações financeiras da *Joint Venture* são elaboradas para o mesmo exercício de divulgação que as da Companhia.

11.1.1 Acordo para alienação de participação

Com o passar do tempo, os sócios varejistas passaram a atuar em segmentos distintos, sem relação operacional entre si, o que reduziu as sinergias originalmente esperadas da parceria.

Adicionalmente, a FIC deixou de explorar a maior parte dos produtos financeiros estratégicos de interesse da Companhia. Em função da cláusula de exclusividade vigente, a Companhia também ficava impedida de desenvolver tais produtos de forma independente.

Após extensas negociações, conforme fato relevante publicado em 8 de dezembro de 2025 foi definida uma solução estruturada por meio de cisão societária da FIC. Foram assinados contratos de venda das participações de GPA e Grupo Casas Bahia S.A. ao Itaú, sendo que as respectivas carteiras de crédito serão absorvidas pelo Itaú.

Após a cisão, permanecerão como sócios da "nova FIC" apenas o Itaú e a Companhia, com foco exclusivo na carteira do Cartão Passaí co-branded, com participações societárias de 60% para o Itaú e 40% para a Companhia.

A reestruturação societária está sujeita à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, concluída em 15 de dezembro de 2025 e a aprovação do Banco Central do Brasil, cujo prazo estimado é de até 180 dias a partir de dezembro de 2025, sendo esperada entre março e abril de 2026.

Ficou acordado que a operação será concluída dois anos após a efetivação da cisão (aprovação do Banco Central), quando ocorrerá a venda da participação da Companhia na FIC ao Itaú pelo montante de R$260, encerrando definitivamente a sociedade entre as partes.

Durante o período transitório de dois anos, após a aprovação regulatória, a parceria entre a Companhia e o Itaú permanecerá vigente, mantendo a exclusividade na distribuição dos produtos financeiros atualmente operados, principalmente no Cartão Passaí co-branded e em dois produtos de seguros a ele vinculados.

Ainda no período transitório, a Companhia passará a ter o direito de explorar, de forma imediata, outros produtos e serviços financeiros que anteriormente estavam abrangidos pela cláusula de exclusividade da FIC, mas que não vinham sendo operacionalizados.

Nesse contexto, a Companhia poderá desenvolver parcerias para ofertar novos produtos financeiros aos seus clientes *B2C - Business to Consumer* e *B2B - Business to Business*, incluindo, entre outros, cartões *private label*, consórcios, assistências, seguros, soluções de pagamento e crédito, sempre por meio de parcerias estratégicas com instituições especializadas.

A Companhia concluiu que em 31 de dezembro de 2025 a Transação configura um indicativo de impairment ao Investimento anteriormente registrado e procedeu com a mensuração do valor recuperável conforme CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A Companhia avalia ainda que passará a ter a obrigação irrevogável e irretratável da entrega futura de sua participação somente após concretização das condições precedentes e configuração da nova FIC, momento em que reconhecerá um derivativo, devido às características contratuais da variabilidade do valor em função dos resultados da FIC no período de 2 anos e liquidação em data futura, conforme CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros.

11.2 Teste de recuperação dos investimentos

Em função do ativo de vida útil indefinida reconhecido como parte do saldo de Investimentos, após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda por valor recuperável sobre o investimento em sua *Joint Venture*. A Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da *Joint Venture* e o valor contábil e, se necessário, reconhece a perda na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, em decorrência da transação descrita na nota 11.1.1, e em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1)/IAS 36 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, a Companhia efetuou o teste de recuperabilidade do investimento na FIC, adotando as seguintes premissas:

- Capital Asset Pricing Model - CAPM de 12,3% (13,5% em 31 de dezembro de 2024).
- Dividendos esperados para o período, estimados com base em Plano de negócios da FIC para o período de 2 anos, com crescimento de 15% ao ano na receita líquida.
- Recebimento do valor residual de R$260 na data da entrega definitiva da participação.

Considerando que o valor recuperável do investimento, determinado com base no valor em uso, mostrou-se inferior ao seu valor contábil, foi reconhecida provisão de impairment do investimento, resultando no reconhecimento de um ajuste no montante de R$521, divulgado na rubrica de "Outras despesas operacionais, líquidas", vide nota 23.

O ativo estava registrado no balanço com base no valor presente da rentabilidade esperada da participação da Companhia na FIC até a perpetuidade, considerando que, ao término da exclusividade vigente até 2029, a participação seria adquirida pela Companhia e pelos demais sócios varejistas.

O ajuste, que não tem efeito caixa, reflete a eliminação dos fluxos de caixa projetados após o período remanescente de dois anos, uma vez que, conforme os novos contratos, a sociedade será encerrada nesse momento, com a venda integral da participação ao Itaú.

A Administração entende que a transação destrava valor relevante para a Companhia, ao conjugar a monetização do negócio financeiro existente com maior flexibilidade estratégica para expansão de seu ecossistema de serviços financeiros, por meio de parceiros e soluções mais alinhadas à sua proposta de valor.

Espera-se que tais iniciativas comecem a gerar contribuições a partir de 2026 e que, a médio e longo prazo, superem significativamente o impacto da provisão de *impairment* reconhecida.

12 IMOBILIZADO

O imobilizado é demonstrado pelo custo, líquido da depreciação acumulada e/ou das perdas por não recuperação, se houver. O custo inclui o montante de aquisição dos equipamentos e os custos de captação de empréstimos para projetos de construção de longo prazo, se satisfeitos os critérios de reconhecimento. Quando componentes significativos do imobilizado são repostos, tais componentes são reconhecidos como ativos individuais, com vidas úteis e depreciações específicas. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício conforme incorridos.

A seguir, apresentamos a taxa média de depreciação anual do imobilizado:

Taxa média de depreciação anual

- **Edifícios** 2,50%
- **Máquinas e equipamentos** 13,25%
- **Móveis e utensílios** 13,69%
- **Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros** 6,33%
- **Instalações** 8,55%
- **Outros** 22,65%

A taxa média de depreciação do imobilizado é de 8,75% em 31 de dezembro de 2025.

Itens do imobilizado e eventuais partes significativas são baixados quando de sua alienação ou quando não há expectativa de benefícios econômicos futuros derivados de seu uso ou alienação. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. A Companhia revisou a vida útil do ativo imobilizado no exercício de 2025 e concluiu que houve a necessidade de adequação de item específico dentro da classificação de "outros", porém o impacto mensurado é imaterial para divulgação. Para os demais itens do ativo imobilizado não houve alteração neste exercício.

Os juros de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, que demande um período de tempo substancial para ser finalizado para o uso ou venda pretendido (ativo qualificável), são capitalizados como parte do custo dos respectivos ativos durante sua fase de construção. A partir da data de entrada em operação do correspondente ativo, os custos capitalizados são depreciados pelo prazo de vida útil estimada do ativo.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 00:25:16 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BA1B9FCF-96AE-4CB6-87D3-74B717125877

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3
B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

12.1 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

O teste de recuperação *("impairment test")* tem por objetivo apresentar o valor real líquido de realização de um ativo. A realização pode ser de forma direta ou indireta, por meio de venda ou pela geração de caixa na utilização do ativo nas atividades da Companhia.

Anualmente a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos tangíveis e intangíveis ou sempre que houver qualquer evidência interna ou externa de que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

O valor de recuperação de um ativo é definido como sendo o maior entre o seu valor justo ou o valor em uso de sua unidade geradora de caixa - UGC (loja), exceto se o ativo não gerar entradas de caixa que sejam predominantemente independentes das entradas de caixa dos demais ativos ou grupos de ativos.

Se o valor contábil de um ativo ou UGC exceder seu valor recuperável, o ativo é considerado não recuperável e é constituída uma provisão para desvalorização a fim de ajustar o valor contábil para seu valor recuperável. Na avaliação do valor recuperável, o fluxo de caixa futuro estimado é descontado ao valor presente, adotando-se uma taxa de desconto nominal, que representa o custo de capital da Companhia ("WACC") que reflita as avaliações atuais do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo. O teste de recuperação *(impairment test)* dos intangíveis incluindo ágio e fundo de comércio, são apresentados nas notas 13.2 e 13.3, respectivamente.

As perdas por não recuperação são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em exercícios futuros.

A Companhia possui um terreno, localizado em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, registrado contabilmente pelo valor de R$30, e diante da existência de uma proposta firme de venda no valor de R$18, foi reconhecida uma provisão de *impairment* no valor de R$12, na rubrica de "Outras despesas operacionais, líquidas", vide nota 23. Consequentemente, foi realizada a reclassificação do valor remanescente desse ativo para "Ativos mantidos para venda", vide nota 27.

12.1.1 Teste de recuperação dos ativos operacionais das lojas

O procedimento para verificação de não realização consistiu no agrupamento de ativos operacionais e intangíveis (como fundo de comércio) diretamente atribuíveis às lojas. Os passos do teste foram os seguintes:

- Passo 1: comparou-se o valor contábil das lojas com um múltiplo de venda (38%), representativo de transações entre empresas de atacado. Para as lojas com valor de múltiplo inferior ao valor contábil, passamos a um método mais detalhado, descrito no Passo 2.
- Passo 2: a Companhia considera o maior valor entre os fluxos de caixa descontados utilizando crescimento de vendas individualizado por loja e taxa de desconto de 12,46% ao ano (13,82% ao ano em 2024) ou laudos de avaliação preparados por especialistas independentes para as lojas próprias.

A Companhia efetuou teste para verificar os ativos operacionais das lojas que poderiam não ser recuperáveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Com base nos testes efetuados, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável do ativo.

12.2 Movimentação e composição do imobilizado

	Saldo em 31/12/2024	Adições (i)	Baixas (ii)	Depreciações	Transferências e outros (iii)	Saldo em 31/12/2025		Custo histórico	Depreciação acumulada
Terrenos	559	34	(106)	–	(17)	470		470	–
Edifícios	894	3	(120)	(24)	1	754		948	(194)
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	8.318	444	(13)	(537)	42	8.254		10.768	(2.514)
Máquinas e equipamentos	2.431	221	(10)	(296)	52	2.398		3.909	(1.511)
Instalações	245	21	(1)	(38)	–	227	=	460	(233)
Móveis e utensílios	889	109	(5)	(166)	15	842		1.558	(716)
Imobilizações em andamento	123	33	–	–	(109)	47		47	–
Outros	105	25	(1)	(48)	–	81		316	(235)
	13.564	890	(256)	(1.109)	(16)	13.073		18.476	(5.403)

	Saldo em 31/12/2023	Adições (i)	Baixas	Depreciações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2024		Custo histórico	Depreciação acumulada
Terrenos	559	–	–	–	–	559		559	–
Edifícios	777	46	–	(23)	94	894		1.074	(180)
Benfeitorias em imóveis próprios e de terceiros	8.099	773	(7)	(502)	(45)	8.318		10.301	(1.983)
Máquinas e equipamentos	2.310	378	(6)	(272)	21	2.431		3.668	(1.237)
Instalações	270	13	–	(38)	–	245	=	443	(198)
Móveis e utensílios	903	132	(5)	(158)	17	889		1.447	(558)
Imobilizações em andamento	111	100	(1)	–	(87)	123		123	–
Outros	119	34	–	(53)	5	105		292	(187)
	13.148	1.476	(19)	(1.046)	5	13.564		17.907	(4.343)

(i) Inclui a capitalização de juros no valor de R$29 (R$46 em 31 de dezembro de 2024), vide nota 12.3.
(ii) Inclui a baixa dos imóveis vendidos na transação de *Sale and Leaseback* no valor de R$233, vide nota 1.4.
(iii) Inclui a transferência de ativo imobilizado para "Ativos mantidos para venda", no valor de R$18, vide nota 12.1.

12.3 Capitalização de juros dos empréstimos e arrendamentos financeiros

O valor dos custos de empréstimos e arrendamentos financeiros capitalizados diretamente atribuíveis à reforma, construção e aquisição de ativos imobilizados e intangíveis no escopo do CPC 20 (R1)/IAS 23 - Custo de Empréstimos e o valor dos juros de passivo de arrendamento incorporados ao valor dos ativos imobilizados e/ou intangíveis, pelo período em que os ativos ainda não estão em seu uso pretendido de acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos, totalizaram R$29 (R$46 em 31 de dezembro de 2024). A taxa média adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de 109,15% (113,42% em 31 de dezembro de 2024) do CDI, correspondente à média das taxas de juros efetiva dos empréstimos tomados pela Companhia.

12.4 Adições ao ativo imobilizado para fins de fluxo de caixa

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Adições	12.2	890	1.476
Juros capitalizados	12.3	(29)	(46)
Aquisição de imobilizado - Adições		(846)	(1.390)
Aquisição de imobilizado - Pagamentos		1.052	1.607
		1.067	1.647

As adições efetuadas pela Companhia referem-se à compra de ativos operacionais, compras de terrenos e edifícios para expansão das atividades, obras de construção de novas lojas e centros de distribuição, modernização das centrais de distribuição, reformas de diversas lojas e investimentos em equipamentos e em tecnologia da informação.

As adições e os pagamentos do imobilizado anteriormente mencionados estão ordenados para demonstrar somente as aquisições dos períodos, de forma a conciliar com a demonstração dos fluxos de caixa e o total das adições que consta no quadro.

12.5 Outras informações

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia contabilizou, no custo das mercadorias vendidas e dos serviços prestados, o valor de R$112 (R$93 em 31 de dezembro de 2024), referente à depreciação de maquinários, edificações e instalações referentes a serviços de transformação e centrais de distribuição.

13 INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados pelo custo quando de seu reconhecimento inicial, sendo deduzidos pela amortização e as eventuais perdas por não recuperação. Os gerados internamente, excluindo-se os custos capitalizados de desenvolvimento de *software*, são refletidos no resultado do exercício que foram incorridos.

Os ativos intangíveis compreendem principalmente ágio, *software* adquirido de terceiros e *software* desenvolvido para uso interno, fundo de comércio (direito de uso das lojas) e marcas.

Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. O período e o método de amortização são revistos, no mínimo, no encerramento do exercício. As alterações da vida útil prevista ou do padrão previsto de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo são contabilizadas alterando-se o período ou o método de amortização, conforme o caso, e tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecido como ativo são amortizados ao longo de sua vida útil definida (5 anos), cuja taxa média de amortização é de 20% ao ano, iniciando a amortização quando se tornam operacionais.

Os ativos intangíveis de vida útil indefinida não são amortizados, mas submetidos a testes de recuperação no encerramento do exercício ou sempre que houver indicação de que seu valor contábil poderá não ser recuperado, individualmente ou no nível da UGC. A avaliação é revista anualmente para determinar se a vida útil indefinida continua válida. Caso contrário, a estimativa de vida útil é alterada prospectivamente de indefinida para definida.

Os ganhos ou perdas, quando aplicáveis, resultantes do desreconhecimento de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre os resultados líquidos da alienação e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos no resultado do exercício quando da baixa do ativo.

13.1 Movimentação e composição do intangível

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2025		Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	618	–	–	618		871	(253)
Softwares	82	55	(28)	109	=	277	(168)
Fundo de comércio	4.444	–	(8)	4.436		4.491	(55)
Marcas	39	–	–	39		39	–
	5.183	55	(36)	5.202		5.678	(476)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Amortizações	Saldo em 31/12/2024		Custo histórico	Amortização acumulada
Ágio	618	–	–	618		871	(253)
Softwares	63	42	(23)	82	=	221	(139)
Fundo de comércio	4.452	–	(8)	4.444		4.491	(47)
Marcas	39	–	–	39		39	–
	5.172	42	(31)	5.183		5.622	(439)

13.2 Teste de recuperação de intangíveis de vida útil indefinida, incluindo ágio

O teste de recuperação *(impairment test)* dos intangíveis utiliza as mesmas práticas descritas na nota 12.1.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia aprovou o planejamento estratégico utilizado para avaliação do *impairment test* para as suas operações. O valor recuperável é determinado por meio de cálculo com base no valor em uso, a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros, que foram revisadas e aprovadas pela alta Administração para os próximos cinco anos, considerando as premissas atualizadas para 31 de dezembro de 2025, conforme demonstradas abaixo:

- **Receitas**: projetadas de 2026 a 2030 considerando crescimento histórico das vendas e as projeções de inflação, sem considerar a expansão de lojas;
- **Lucro bruto**: considerando o nível histórico do lucro bruto expresso em percentagem de venda;
- **Despesas**: considerando o nível histórico expresso em percentagem de venda e buscando ganhos de produtividade e eficiência;
- **Capital de giro**: projetando o mesmo nível de capital de giro expresso em dias de custo da mercadoria vendida;
- **Aquisição de ativos tangíveis e intangíveis** *(capex)*: foi considerado o investimento médio histórico em manutenção dos ativos existentes na determinação do fluxo de caixa;
- **Valor terminal**: foi calculado um valor terminal usando o último ano das projeções e aplicando a taxa de crescimento na perpetuidade;
- **Taxa de desconto**: elaborada conforme descrito na política contábil. A taxa de desconto utilizada foi de 12,46% ao ano em 31 de dezembro de 2025 (13,82% ao ano em 31 de dezembro de 2024); e
- **Taxa de crescimento na perpetuidade**: a taxa de crescimento considerada foi de 4,00% ao ano em 31 de dezembro de 2025 (4,19% ao ano em 31 de dezembro de 2024).

Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

13.3 Fundo de comércio

É o direito de operar as lojas, que se refere a direitos adquiridos ou alocados em combinações de negócios. No entendimento da Administração, os valores de fundo de comércio são recuperáveis, seja pelo valor retornado do fluxo de caixa das lojas ou pela possibilidade de negociação dos fundos de comércio com terceiros.

Os fundos de comércio com vida útil definida e indefinida são testados seguindo as premissas descritas na nota 13.2. A Companhia considerou o fluxo de caixa descontado da respectiva loja para o teste de *impairment*, ou seja, a loja é a unidade geradora de caixa - UGC.

Como resultado dessa análise, não foi identificada necessidade de registrar provisão para redução ao valor recuperável desses ativos.

14 ARRENDAMENTO

Na celebração de contrato, a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento quando se transfere o direito de controlar o uso de ativo identificado por um determinado período em troca de contraprestação.

A Companhia avalia seus contratos de arrendamento com o objetivo de identificar relações de aluguel de um direito de uso, usando das isenções previstas para os contratos de prazo inferior a doze meses e de valor individual do ativo abaixo de US$5 mil (equivalente a R$28 mil em 31 de dezembro de 2025).

Os contratos são registrados quando do início do arrendamento, como passivo de arrendamento em contrapartida ao direito de uso, ambos pelo valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, utilizando a taxa de juros implícita do contrato, se esta puder ser utilizada, ou taxa de juros incremental considerando empréstimos obtidos pela Companhia.

O prazo do arrendamento utilizado na mensuração corresponde ao prazo que o arrendatário está razoavelmente certo de exercer a opção de prorrogar o arrendamento ou de não exercer a opção para rescindir o arrendamento.

14.1 Direito de uso

Os ativos de direito de uso dos contratos de arrendamento são amortizados pelo prazo do arrendamento. As capitalizações de melhorias, benfeitorias e reformas efetuadas nas lojas são amortizadas ao longo de sua vida útil estimada ou do prazo esperado de utilização do ativo, limitado se houver evidências de que o contrato de arrendamento não será prorrogado. A seguir, apresentamos a taxa média de amortização anual do direito de uso:

Taxa média de amortização anual

Edifícios	Equipamentos	Bens e direitos
		Estação Carrão - Assaí Atacadista
5,00%	20,34%	10,00%

14.1.1 Movimentação e composição do direito de uso

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Remensuração	Baixa	Amortizações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2025		Custo histórico	Amortização acumulada
Edifícios	8.340	458	650	(30)	(597)	(2)	8.819		11.613	(2.794)
Equipamentos	43	48	2	–	(11)	–	82	=	138	(56)
Bens e direitos	15	–	–	–	(2)	–	13		29	(16)
	8.398	506	652	(30)	(610)	(2)	8.914		11.780	(2.866)

	Saldo em 31/12/2023	Adições	Remensuração	Baixa	Amortizações	Transferências e outros	Saldo em 31/12/2024		Custo histórico	Amortização acumulada
Edifícios	8.203	225	495	(21)	(557)	(5)	8.340		10.535	(2.195)
Equipamentos	3	–	44	–	(5)	1	43	=	88	(45)
Bens e direitos	16	–	1	–	(1)	(1)	15		29	(14)
	8.222	225	540	(21)	(563)	(5)	8.398		10.652	(2.254)

14.2 Passivo de arrendamento

A Companhia arrenda equipamentos e espaços comerciais, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 5 e 25 anos.

Os pagamentos efetuados são segregados entre encargos financeiros e redução do passivo de arrendamento, de modo a se obter uma taxa de juros constante no saldo do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira do exercício.

14.2.1 Pagamentos futuros mínimos e direito potencial do PIS e da COFINS

Os contratos de arrendamento mercantil totalizaram R$10.478 em 31 de dezembro de 2025 (R$9.644 em 31 de dezembro de 2024). Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento mercantil financeiro - Pagamentos mínimos		
Até 1 ano	461	412
De 1 a 5 anos	1.787	1.569
Mais de 5 anos	8.230	7.663
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	10.478	9.644
Circulante	461	412
Não circulante	10.017	9.232
Encargos futuros de financiamento	13.715	13.182
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	24.193	22.826
PIS/COFINS embutido no valor presente dos contratos de arrendamento	467	430
PIS/COFINS embutido no valor bruto dos contratos de arrendamento	1.079	1.018

A despesa de juros dos passivos de arrendamento está apresentada na nota 24. A taxa média de juros incremental da Companhia na data da assinatura dos contratos foi 12,50% no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (12,28% em 31 de dezembro de 2024).

Caso a Companhia tivesse adotado a metodologia de cálculo projetando a inflação embutida na taxa incremental nominal e trazendo ao valor presente pela taxa incremental nominal, o percentual médio de inflação a projetar por ano seria de aproximadamente 7,08% (6,55% em 31 de dezembro de 2024). O prazo médio dos contratos considerados em 31 de dezembro de 2024 e 2025 é de 17 anos .

14.2.2 Movimentação das obrigações de arrendamento mercantil

	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	9.644	9.184
Captação - Arrendamento	506	225
Remensuração	652	540
Provisão de juros	1.147	1.069
Amortização de principal	(325)	(289)
Amortização de juros	(1.146)	(1.060)
Baixa por antecipação do encerramento do contrato	–	(25)
No final do exercício	10.478	9.644

14.3 Resultado com aluguéis variáveis e subarrendamentos

Os arrendamentos mercantis em que a Companhia não transfere substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios da titularidade do ativo são classificados como arrendamentos mercantis operacionais. Os custos iniciais diretos de negociação dos arrendamentos mercantis operacionais são adicionados ao valor contábil do ativo arrendado e reconhecidos ao longo do prazo do contrato, na mesma base das receitas de aluguéis.

Os aluguéis variáveis são reconhecidos como despesas nos exercícios em que são incorridos.

	31/12/2025	31/12/2024
(Despesas) receitas do exercício:		
Variáveis (1% a 2% das vendas)	(8)	(15)
Subarrendamentos (i)	125	110

(i) Refere-se, principalmente, à receita dos contratos de aluguéis a receber das galerias comerciais.

14.4 Informação complementar

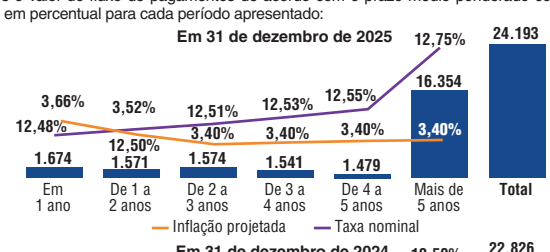
Em conformidade com o OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/N°02/2019, a Companhia adotou como política contábil os requisitos do CPC 06 (R2)/*IFRS* 16 - Arrendamentos na mensuração e remensuração do seu direito de uso, empregando o modelo de fluxo de caixa descontado, sem considerar a inflação.

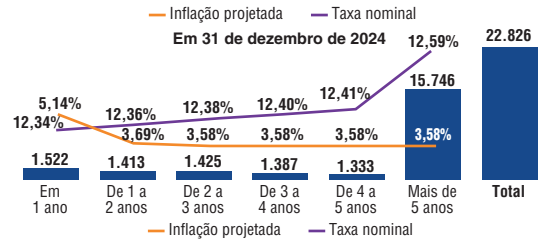
Para resguardar a representação fidedigna da informação para atender os requerimentos do CPC 06 (R2)/*IFRS* 16 - Arrendamentos e as orientações das áreas técnicas da CVM, são fornecidos os saldos dos ativos e passivos sem inflação, efetivamente contabilizados (fluxo real x taxa real), e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação (fluxo nominal x taxa nominal).

Demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e as taxas de juros utilizadas no cálculo, estão divulgadas na nota 14.2.1, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos nominais possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações financeiras.

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo Real		
Direito de uso dos ativos	8.914	8.398
Passivo de arrendamento	24.193	22.826
Juros embutidos	(13.715)	(13.182)
	10.478	9.644
Fluxo inflacionário		
Direito de uso dos ativos	12.507	12.022
Passivo de arrendamento	34.554	33.236
Juros embutidos	(18.480)	(18.084)
	16.074	15.152

Abaixo, apresentamos o valor do fluxo de pagamentos de acordo com o prazo médio ponderado com as respectivas taxas nominal e de inflação em percentual para cada período apresentado:





continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 00:25:27 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BA1B9FCF-96AE-4CB6-87D3-74B717125877

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

15 FORNECEDORES E FORNECEDORES - CONVÊNIOS

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores			
Produtos		**12.184**	11.253
Aquisição de imobilizado		**82**	156
Serviços		**182**	160
Serviços - Partes relacionadas (FIC)	10.1	**17**	26
Acordos comerciais	15.1	**(1.029)**	(874)
		11.437	10.721
Fornecedores - Convênios			
Produtos	15.2	**990**	779
Aquisição de imobilizado	15.2	**–**	159
		990	938
		12.427	11.659
Circulante		**12.427**	11.647
Não circulante		**–**	12

15.1 Acordos comerciais

Incluem acordos comerciais e descontos obtidos dos fornecedores. Esses valores são definidos em contratos e incluem descontos por volume de compras, programas de *marketing* conjunto, reembolsos de fretes e outros programas similares. O recebimento ocorre por meio do abatimento das faturas a pagar aos fornecedores, conforme condições previstas nos acordos de fornecimento, de forma que as liquidações financeiras ocorrem pelo montante líquido.

A Companhia fez cessão, sem direito de regresso, de parte de seus acordos comerciais, junto às instituições financeiras, com o objetivo de antecipar seu fluxo de caixa. Em 31 de dezembro de 2025, o montante de recebíveis dos acordos a vencer correspondente a essas operações é de R$389 (R$234 em 31 de dezembro de 2024). O montante foi desreconhecido do saldo de recebíveis de Acordos comerciais, pois todos os riscos relacionados aos acordos comerciais foram substancialmente transferidos. O custo de antecipação destes recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$14 (R$6 em 31 de dezembro de 2024), classificado na rubrica "Custo e desconto de recebíveis" na nota 24.

15.2 Convênios entre fornecedores, Companhia e bancos

A Companhia mantém convênios firmados com instituições financeiras, por meio das quais, fornecedores de produtos, bens de capital e serviços, possuem a possibilidade de estruturar operações de antecipação de recebimento de seus recebíveis devidos pela Companhia. Geralmente, essas transações são denominadas "*forfait*"/"*confirming*"/"risco sacado". As instituições financeiras passam a ser credores e a Companhia efetua os pagamentos nas mesmas condições que as acordadas originalmente com o fornecedor.

A Administração, com base no CPC 03 (R2)/IAS 7 e CPC 40 (R1)/IFRS 7, avaliou que a substância econômica da transação é de natureza operacional, considerando que a realização da antecipação é de exclusivo critério do fornecedor e, para a Companhia, não há alterações no prazo original negociado com o fornecedor e, tampouco, alterações nos valores originalmente contratados. Essas transações têm o propósito de facilitar o fluxo de caixa de seus fornecedores sem realizar a antecipação de pagamentos pela Companhia. A Administração avaliou os potenciais efeitos de ajuste a valor presente destas operações e concluiu que os efeitos são imateriais para divulgação.

Referidos saldos são classificados como "Fornecedores - Convênios" e os fluxos de caixa advindos destas transações são apresentados como atividade operacional na demonstração do fluxo de caixa.

Adicionalmente, não há exposição a nenhuma instituição financeira individualmente relacionada a estas operações e estes passivos não são considerados dívida líquida e não possuem cláusulas restritivas (financeiras ou não financeiras). Nestas transações, a Companhia aufere receita referente ao prêmio pela indicação dos fornecedores para as operações de antecipação de títulos, reconhecida no resultado financeiro, nota 24, na rubrica "Receita de antecipação de títulos", no valor de R$52 em 31 de dezembro de 2025 (R$54 em 31 de dezembro de 2024), representando 1,58% do volume de transações de antecipações ocorridas ao longo de 2025 (1,57% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a pagar relacionado a estas operações é de R$990 (R$938 em 31 de dezembro de 2024).

As operações de Fornecedores e Fornecedores - Convênio são similares e não ultrapassam o prazo de 120 dias de vencimento em 31 de dezembro de 2025.

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1 Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

Conforme o CPC 48/IFRS 9, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"); ou ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro, no escopo da norma, nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado, VJORA ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48/IFRS 9).

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo que seja inicialmente mensurado pelo preço da transação) é inicialmente mensurado pelo valor justo, acrescido, para um item não mensurado a VJR, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição.

- **Ativos financeiros mensurados ao VJR:** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros ao custo amortizado:** Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juros efetivos. O custo amortizado é ajustado por perdas por redução ao valor recuperável. São reconhecidos no resultado os ganhos e perdas cambiais, a receita de juros e as perdas. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- **Ativos financeiros ao VJORA:** Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes ("ORA"). No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros por meio de um contrato no qual são parte. Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao VJR ou passivos financeiros ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

- **Passivos financeiros ao VJR:** Incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.
- **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Nota	Custo amortizado	Valor Justo	VJORA (i)	Saldo em 31/12/2025
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6	**5.854**	**–**	**–**	**5.854**
Partes relacionadas	10.1	**30**	**–**	**–**	**30**
Contas a receber e outras contas a receber		**402**	**–**	**–**	**402**
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	**–**	**455**	**–**	**455**
Contas a receber com cartões de crédito e *tickets*	7.1	**–**	**–**	**2.820**	**2.820**
Passivos financeiros					
Outras contas a pagar		**(146)**	**–**	**–**	**(146)**
Fornecedores e Fornecedores - Convênios	15	**(12.427)**	**–**	**–**	**(12.427)**
Empréstimos em moeda nacional	16.9.1	**(1.423)**	**(18)**	**–**	**(1.441)**
Empréstimos em moeda estrangeira	16.9.1	**–**	**(1.978)**	**–**	**(1.978)**
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	**(9.246)**	**(3.360)**	**–**	**(12.606)**
Passivo de arrendamento	14.2	**(10.478)**	**–**	**–**	**(10.478)**
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	**–**	**(274)**	**–**	**(274)**
Exposição líquida		**(27.434)**	**(5.175)**	**2.820**	**(29.789)**

	Nota	Custo amortizado	Valor Justo	VJORA (i)	Saldo em 31/12/2024
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.628	–	–	5.628
Partes relacionadas	10.1	23	–	–	23
Contas a receber e outras contas a receber		348	–	–	348
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	–	390	–	390
Contas a receber com cartões de crédito e *tickets*	7.1	–	–	1.943	1.943
Passivos financeiros					
Outras contas a pagar		(169)	–	–	(169)
Fornecedores e Fornecedores - Convênios	15	(11.659)	–	–	(11.659)
Empréstimos em moeda nacional	16.9.1	(918)	(29)	–	(947)
Empréstimos em moeda estrangeira	16.9.1	–	(801)	–	(801)
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	(11.542)	(3.257)	–	(14.799)
Passivo de arrendamento	14.2	(9.644)	–	–	(9.644)
Instrumentos financeiros a valor justo	16.9.1	–	(18)	–	(18)
Exposição líquida		(27.933)	(3.715)	1.943	(29.705)

(i) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes - VJORA.

O valor justo de outros instrumentos financeiros descritos na tabela acima se aproxima do valor contábil com base nas condições de pagamento existentes. Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, cujos valores justos diferem dos saldos contábeis, encontram-se divulgados na nota 16.8.

16.2 Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, conforme o caso parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa; e
- A Companhia transfere seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia cede seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia.

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo é quitada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo credor, mediante termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal substituição ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, e a diferença entre os respectivos valores contábeis é reconhecida no resultado do exercício.

16.3 Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados e apresentados líquidos nas demonstrações financeiras, se, e somente se, houver o direito de compensação dos valores reconhecidos e intenção de liquidar em base líquida ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

16.4 Perda no valor recuperável de ativos financeiros

O modelo de perda por redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações) ou ativos financeiros mensurados a VJR.

De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses (modelo geral): estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, e subsequentemente, caso haja uma deterioração do risco de crédito, para a vida inteira do instrumento.
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira (modelo simplificado): estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.
- Expediente prático: estas são perdas de crédito esperadas e consistentes com informações razoáveis e sustentáveis disponíveis, na data do balanço sobre eventos passados, condições atuais e previsões de condições econômicas futuras, que permitam verificar a perda provável futura baseada na perda de crédito histórica ocorrida de acordo com o vencimento dos títulos.

A Companhia mensura provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, sendo que para as contas a receber de clientes, cuja carteira de recebíveis é pulverizada, e aluguéis a receber é aplicado o expediente prático por meio da adoção de uma matriz de perdas para cada faixa de vencimento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações de projeções.

A Companhia presume que o risco de crédito em um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro está vencido há mais de 180 dias.

A Companhia determina o risco de crédito de um título de dívida pela análise do histórico de pagamentos, condições financeiras e macroeconômicas atuais da contra parte e avaliação de agências de rating quando aplicáveis, avaliando assim cada título individualmente.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito.

- **Mensuração de perdas de crédito esperadas:** Perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito baseados nas perdas históricas e projeções de premissas relacionadas. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

- **Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito:** Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados a VJORA têm indícios de perda no seu valor recuperável. Um ativo financeiro possui indícios de perda por redução ao valor recuperável quando ocorrem um ou mais eventos com impacto negativo nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.
- **Apresentação da perda por redução ao valor recuperável:** Provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são deduzidas do valor contábil bruto dos ativos.

Para instrumentos financeiros mensurados a VJORA, a provisão para perdas é reconhecida em ORA, em vez de reduzir o valor contábil do ativo.

As perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são apresentadas separadamente na demonstração do resultado e ORA. As perdas dos valores recuperáveis de outros ativos financeiros são apresentadas em "despesas com vendas".

- **Contas a receber e ativos contratuais:** A Companhia considera o modelo e algumas das premissas utilizadas no cálculo dessas perdas de crédito esperadas como as principais fontes de incerteza da estimativa.

As posições dentro de cada grupo foram segmentadas com base em características comuns de risco de crédito, como:

- Nível de risco de crédito e histórico de perdas - para clientes atacadistas e locação de imóveis; e
- *Status* de inadimplência, risco de *default* e histórico de perdas - para administradoras de cartão de crédito e outros clientes.

16.5 Considerações sobre os fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

16.5.1 Risco de crédito

- **Caixa e equivalentes de caixa:**

A fim de minimizar o risco de crédito, são adotadas políticas de investimentos em instituições financeiras aprovadas pelo Comitê Financeiro da Companhia, considerando-se os limites monetários e as avaliações de instituições financeiras, as quais são constantemente atualizados.

As aplicações financeiras da Companhia, de acordo com o *rating* em escala nacional das instituições financeiras, são, em sua maioria, representadas por brAAA em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

- **Contas a receber:**

O risco de crédito relativo às contas a receber é minimizado pelo fato de grande parte das vendas a prazo serem realizadas por meio de cartões de crédito e *tickets*. Esses recebíveis podem ser antecipados a qualquer momento, sem direito de regresso, junto aos bancos ou administradoras de cartões de crédito, com o objetivo de prover o capital de giro, gerando o desreconhecimento das contas a receber. Além disso, as principais adquirentes utilizadas pela Companhia são ligadas a instituições financeiras de primeira linha, com baixo risco de crédito.

Adicionalmente, para as contas a receber parceladas, a Companhia monitora o risco pela concessão de crédito e pela análise constante dos saldos de perda esperada com créditos de liquidação duvidosa.

A Companhia também incorre em risco de contraparte relacionado aos instrumentos derivativos. Esse risco é mitigado pela realização das transações em conformidade com as políticas aprovadas pelos órgãos de governança.

Exceto os saldos relacionados a cartões de crédito e *tickets*, não há saldos a receber ou vendas a clientes que sejam, individualmente, superiores a 5% das contas a receber ou receitas.

16.5.2 Risco de taxa de juros

A Companhia obtém empréstimos com as principais instituições financeiras para atender às necessidades de caixa para suportar os investimentos. Consequentemente, a Companhia está exposta, principalmente, ao risco de flutuações relevantes na taxa de juros, especialmente a taxa relativa à parte passiva das operações com derivativos e às dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de flutuações nas taxas de juros.

16.5.3 Risco de taxa de câmbio

As flutuações nas taxas de câmbio podem acarretar aumento dos saldos passivos de empréstimos em moeda estrangeira, por isso a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como *swaps*, que visam mitigar o risco de exposição cambial, transformando o custo da dívida em moeda e taxa de juros locais.

16.5.4 Risco de gestão de capital

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito e uma razão de capital bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor para o acionista. A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas.

A estrutura de capital está assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos, debêntures e notas promissórias	**16.299**	16.565
(–) Caixa e equivalentes de caixa	**(5.854)**	(5.628)
(–) Instrumentos financeiros derivativos	**(455)**	(390)
Dívida líquida	**9.990**	10.547
Patrimônio líquido	**5.554**	5.255
% Dívida líquida sobre patrimônio líquido	**180%**	201%

16.5.5 Risco de gestão de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento diário do fluxo de caixa e controle dos vencimentos dos ativos e dos passivos financeiros.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2025.

	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	**1.327**	**2.520**	**–**	**3.847**
Debêntures e notas promissórias	**1.803**	**15.424**	**356**	**17.583**
Instrumentos financeiros derivativos	**399**	**(474)**	**(171)**	**(246)**
Passivo de arrendamento	**1.674**	**6.165**	**16.354**	**24.193**
Fornecedores	**11.437**	**–**	**–**	**11.437**
Fornecedores - Convênios	**990**	**–**	**–**	**990**
Outras contas a pagar	**120**	**26**	**–**	**146**
	17.750	**23.661**	**16.539**	**57.950**

As informações foram preparadas considerando os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia possa ser obrigada a efetuar o pagamento ou ter o direito de recebimento. Na medida em que os fluxos de juros são flutuantes, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de taxa de juros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, alguns saldos apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

16.6 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para limitar a exposição à variação não relacionada ao mercado local como *swaps* de taxas de juros e *swaps* de variação cambial. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento dos exercícios. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando negativo. Os ganhos ou perdas resultantes das alterações do valor justo dos derivativos são contabilizados diretamente no resultado do exercício.

No início do relacionamento de *hedge*, a Companhia designa formalmente e documenta a relação de hedge à qual deseja aplicar à contabilização de *hedge*, e o seu objetivo e a estratégia de gestão de risco para contratá-lo. A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou operação protegida, a natureza do risco protegido e o modo como a Companhia deverá avaliar a eficácia das alterações do valor justo do instrumento de *hedge* na neutralização da exposição a alterações do valor justo do item protegido ou do fluxo de caixa atribuível ao risco protegido. A expectativa é de que esses *hedges* sejam altamente eficazes na neutralização das alterações do valor justo ou do fluxo de caixa, sendo avaliados permanentemente para determinar se realmente estão sendo altamente eficazes ao longo de todos os exercícios dos relatórios financeiros para os quais foram designados.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 00:25:36 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BA1B9FCF-96AE-4CB6-87D3-74B717125877

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

São registrados como hedges de valor justo, adotando os seguintes procedimentos:

- A alteração do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como hedge de valor justo é reconhecida como resultado financeiro. A alteração do valor justo do item protegido é registrada como parte do valor contábil do item protegido, sendo reconhecido na demonstração do resultado do exercício; e
- No cálculo do valor justo, os valores futuros dos swaps são projetados de acordo com as curvas divulgadas pela B3 (CDI e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA), acrescidas dos spreads das operações. Para o cálculo do valor presente dessas operações os valores futuros são descontados utilizando as mesmas curvas, porém, acrescidas dos spreads divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA, referente às operações realizadas no mercado secundário.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros somente para proteção de riscos identificados limitados a 100% do valor desses riscos. As operações com derivativos são exclusivamente utilizadas para reduzir a exposição à flutuação de taxa de juros, variação cambial e para a manutenção do equilíbrio da estrutura de capital.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de referência dos contratos era R$5.367 (R$3.710 em 31 de dezembro de 2024). Essas operações são usualmente contratadas nos mesmos termos de valores, prazos e taxas e realizadas com instituição financeira do mesmo grupo econômico, observados os limites fixados pela Administração.

De acordo com as políticas da tesouraria da Companhia, não são permitidas contratações para quaisquer fins: de swaps com limitadores ("caps"), margens, cláusulas de arrependimento, duplo indexador, opções flexíveis ou quaisquer outras modalidades de operações diferentes dos swaps tradicionais para proteção de dívidas.

O ambiente de controles internos da Companhia foi desenhado de maneira que garanta que as transações celebradas estejam em conformidade com as políticas da tesouraria.

A Companhia calcula a efetividade das operações cuja contabilização de hedge é aplicada, quando de sua contratação e em bases contínuas. As operações de hedges contratadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, apresentaram efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura. Para as operações com derivativos qualificados como contabilidade de proteção (hedge accounting), conforme o CPC 48/IFRS 9, a dívida objeto da proteção é também ajustada a valor justo.

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado entre partes com conhecimento e voluntariamente em uma operação em condições de mercado.

Os valores justos são calculados pela projeção do fluxo de caixa das operações, utilizando as curvas de CDI futuro disponibilizadas pela B3, acrescidas dos respectivos spreads das operações, e descontando-os ao valor presente, usando as mesmas curvas de CDI, divulgadas pela B3.

Para a apuração do cupom das posições indexadas em CDI foi adotada a convenção exponencial - 252 dias úteis.

A posição consolidada das operações de instrumentos financeiros derivativos em aberto está apresentada no quadro a seguir:

Descrição	Valor de referência	Vencimento	31/12/2025	31/12/2024
Dívida				
USD - BRL	USD18	2026	**(6)**	7
USD - BRL	USD109	2027	**(15)**	59
USD - BRL	USD100	2028	**(83)**	–
USD - BRL	USD100	2028	**(18)**	–
USD - BRL	USD26	2027	**(59)**	–
Dívida				
IPCA - BRL	R$2.439	2028, 2029 e 2031	**388**	314
Swaps de taxa de juros registrados na CETIP				
Taxa pré-fixada x CDI	R$926	2027	**(28)**	(10)
Taxa pré-fixada x CDI	R$9	2027	**1**	1
Taxa pré-fixada x CDI	R$9	2027	**1**	1
Derivativos - *Hedge* de valor justo - Brasil			**181**	372

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre esses contratos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 são registrados no resultado financeiro líquido, e o saldo a receber pelo seu valor justo é de R$181 (a receber R$372 em 31 de dezembro de 2024), o ativo está registrado na rubrica de "Instrumentos Financeiros Derivativos" e o passivo em "Empréstimos e Debêntures".

Os efeitos de hedge ao valor justo por meio do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 resultaram em uma perda de swap de R$481 e um ganho de marcação a mercado de R$10 (ganho de swap de R$75 e perda de marcação a mercado de R$88 em 31 de dezembro de 2024), sendo apresentado nas rubricas de "(Perda) ganho de *swap*" e "Ganho (perda) de marcação a mercado", vide nota 24.

16.7 Análise da sensibilidade dos instrumentos financeiros

Foi considerado como cenário de mudanças razoáveis possíveis, na avaliação da Administração, nas datas de vencimento de cada uma das operações, as curvas de mercado (juros) da B3.

Para determinação de qual mudança relevante possível na variável de risco relevante, a Administração considerou o ambiente econômico na qual ela opera. Dessa maneira, no cenário (I) não há impacto sobre o valor justo dos instrumentos financeiros e a taxa de juros ponderada (CDI) foi de 13,82% ao ano. Para os cenários (II) e (III), para efeito exclusivo de análise de sensibilidade, a Administração considerou uma deterioração de 5% e 10%, respectivamente, nas variáveis de risco, até um ano dos instrumentos financeiros, com o intuito de demonstrar a sensibilidade no resultado da Companhia.

No caso dos instrumentos financeiros derivativos (destinados à proteção da dívida financeira), as variações dos cenários são acompanhadas dos respectivos objetos de proteção, indicando que os efeitos não são significativos.

A Companhia divulgou a exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos, os instrumentos financeiros correspondentes e equivalentes de caixa na tabela de análise de sensibilidade abaixo, para cada um dos cenários mencionados.

Transações	Nota	Risco (Aumento das taxas)	Saldo em 31/12/2025	Projeções de mercado Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
Empréstimos	16.9.1	CDI + 1,40% a.a.	**(1.428)**	**(200)**	**(210)**	**(220)**
Empréstimos (taxa pré-fixada)	16.9.1	CDI + 0,20% a.a.	**(18)**	**(2)**	**(2)**	**(2)**
Instrumentos financeiros derivativos (taxa pré-fixada)	16.9.1	CDI + 0,20% a.a.	**2**	**–**	**–**	**–**
Empréstimos (moeda estrangeira)	16.9.1	CDI + 1,29% a.a.	**(1.978)**	**(273)**	**(287)**	**(301)**
Instrumentos financeiros derivativos (moeda estrangeira)	16.9.1	CDI + 1,29% a.a.	**(181)**	**(26)**	**(27)**	**(28)**
Debêntures e notas promissórias	16.9.1	CDI + 1,33% a.a.	**(9.379)**	**(1.297)**	**(1.362)**	**(1.427)**
Debêntures e notas promissórias (IPCA e Pré-fixada)	16.9.1	CDI + 1,04% a.a.	**(3.360)**	**(464)**	**(488)**	**(511)**
Instrumentos financeiros derivativos (debêntures e notas promissórias)	16.9.1	CDI + 0,94% a.a.	**360**	**49**	**52**	**54**
Efeito líquido (perda) total			**(15.982)**	**(2.213)**	**(2.324)**	**(2.435)**
Equivalentes de caixa	6	98,82% do CDI	**5.716**	**789**	**829**	**868**
Exposição líquida passiva			**(10.266)**	**(1.424)**	**(1.495)**	**(1.567)**

16.8 Mensuração de valor justo

A Companhia divulga o valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado cujos respectivos valores justos diferem dos saldos contábeis, conforme o CPC 46/IFRS 13, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgações. Os níveis de hierarquia do valor justo estão definidos abaixo:

Nível 1: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Nível 2: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: mensuração do valor justo na data do balanço utilizando dados não observáveis para o ativo ou passivo.

As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *"benchmarking"* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas, contas a receber, outras contas a receber, outras contas a pagar, fornecedores e fornecedores - convênios, são equivalentes aos seus valores contabilizados.

A tabela a seguir apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados a valor justo e dos instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, todos classificados como "Nível 2", cujo valor justo está sendo divulgado nas demonstrações financeiras:

	Valor contábil 31/12/2025	Valor contábil 31/12/2024	Valor justo 31/12/2025	Valor justo 31/12/2024
Contas a receber de cartões de crédito e *tickets*	**2.820**	1.943	**2.820**	1.943
Swaps de taxas de juros entre moedas	**(181)**	66	**(181)**	66
Swaps de taxas de juros	**2**	(8)	**2**	(8)
Swaps de taxas de juros - CRI	**360**	314	**360**	314
Empréstimos e debêntures (valor justo)	**(5.356)**	(4.087)	**(5.356)**	(4.087)
Empréstimos, debêntures e notas promissórias (custo amortizado)	**(10.669)**	(12.460)	**(10.907)**	(12.188)
	(13.024)	(14.232)	**(13.262)**	(13.960)

Não houve movimentação entre os níveis de mensuração do valor justo no exercício em 31 de dezembro de 2025.

Os swaps de taxa de juros, de empréstimos e debêntures são classificados no Nível 2, pois são utilizados inputs de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

16.9 Empréstimos

16.9.1 Composição da dívida

	Taxa média ponderada	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,33% a.a.	**9.379**	11.718
Debêntures e notas promissórias	CDI + 1,04% a.a.	**3.360**	3.257
Custo de captação		**(133)**	(176)
		12.606	14.799
Instrumentos financeiros derivativos - Debêntures e notas promissórias			
Contratos de *swap*	CDI + 0,94% a.a.	**(360)**	(304)
		(360)	(304)
Empréstimos em moeda nacional			
Capital de giro	CDI + 0,20% a.a.	**18**	29
Capital de giro	CDI + 1,40% a.a.	**1.428**	923
Custo de captação		**(5)**	(5)
		1.441	947
Instrumentos financeiros derivativos - Moeda nacional			
Contratos de *swap*	CDI + 0,20% a.a.	**(2)**	(2)
		(2)	(2)
Empréstimos em moeda estrangeira			
Capital de giro	CDI + 1,29% a.a.	**1.978**	801
		1.978	801
Instrumentos financeiros derivativos - Moeda estrangeira			
Contratos de *swap*	CDI + 1,29% a.a.	**181**	(66)
		181	(66)
Total de empréstimos, debêntures e notas promissórias		**15.844**	16.175
Ativo circulante - Instrumentos financeiros derivativos		**(7)**	(93)
Ativo não circulante - Instrumentos financeiros derivativos		**(448)**	(297)
Passivo circulante - Empréstimos		**1.202**	38
Passivo circulante - Debêntures e notas promissórias		**517**	2.046
Passivo não circulante - Empréstimos		**2.414**	1.720
Passivo não circulante - Debêntures e notas promissórias		**12.166**	12.761

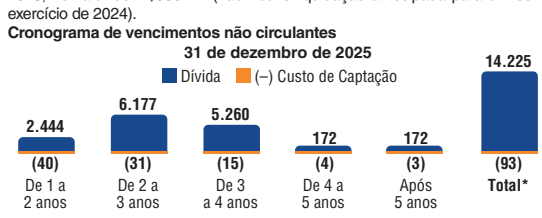
Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou a substituição de dívidas, realizando pré-pagamentos (vide nota 16.9.2) e efetuando captações com custos financeiros inferiores e prazos de vencimento mais longos. Essas substituições resultaram na redução do custo médio da dívida de 1,36% em 31 de dezembro de 2024 para 1,28% em 31 de dezembro de 2025.

16.9.2 Movimentação dos empréstimos

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	16.175	14.910
Captações	**3.308**	6.600
Custo de captação	**(18)**	(54)
Provisão de juros	**2.134**	1.907
Contratos de *swap*	**481**	(75)
Marcação a mercado	**(10)**	88
Variação cambial e monetária	**(204)**	88
Amortização do custo de captação	**61**	65
Amortização de juros (i)	**(2.192)**	(2.583)
Amortização de principal (i)	**(3.611)**	(4.652)
Amortização de *swap*	**(280)**	(119)
Saldo no final do exercício	**15.844**	16.175

(i) Durante o exercício de 2025, a Companhia efetuou o pré-pagamento das seguintes dívidas: i) 4ª Emissão de debêntures, em 17 de junho de 2025, no valor de R$2.039; e ii) 2ª Emissão de notas comerciais escriturais, em 11 de julho de 2025, no valor de R$550 mil (não houve liquidação antecipada para o mesmo exercício de 2024).

16.9.3 Cronograma de vencimentos não circulantes



*O valor líquido do não circulante totaliza R$14.132, constituído por: i) R$2.414 de Empréstimos, ii) R$12.166 de Debêntures e notas promissórias e iii) (R$448) de Instrumentos financeiros derivativos ativo.

16.10 Debêntures e notas promissórias

	Valor de emissão (em milhares)	Debêntures em circulação (unidades)	Data Início	Data Vencimento	Encargos financeiros anuais	Preço unitário (em reais)	31/12/2025	31/12/2024
1ª Emissão de notas promissórias - 6ª série	200	4	04/07/2019	04/07/2025	CDI + 0,72% a.a.	–	**–**	322
2ª Emissão de debêntures - 2ª série	660.000	660.000	01/06/2021	22/05/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.017	**671**	669
3ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	982.526	982.526	15/10/2021	16/10/2028	IPCA + 5,15% a.a.	1.251	**1.229**	1.178
3ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	517.474	517.474	15/10/2021	15/10/2031	IPCA + 5,27% a.a.	1.252	**648**	620
4ª Emissão de debêntures - série única	2.000.000	2.000.000	07/01/2022	26/11/2027	CDI + 1,75% a.a.	–	**–**	2.024
1ª Emissão de notas comerciais escriturais - série única	750.000	750.000	10/02/2022	09/02/2025	CDI + 1,70% a.a.	–	**–**	786
5ª Emissão de debêntures - série única - CRI	250.000	250.000	05/04/2022	28/03/2025	CDI + 0,75% a.a.	–	**–**	258
6ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	72.962	72.962	28/09/2022	11/09/2026	CDI + 0,60% a.a.	1.044	**76**	75
6ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	55.245	55.245	28/09/2022	13/09/2027	CDI + 0,70% a.a.	1.044	**58**	58
6ª Emissão de debêntures - 3ª série - CRI	471.793	471.793	28/09/2022	13/09/2029	IPCA + 6,70% a.a.	1.181	**557**	534
2ª Emissão de notas comerciais escriturais - série única	400.000	400.000	26/12/2022	26/12/2025	CDI + 0,93% a.a.	–	**–**	513
7ª Emissão de debêntures - 1ª série - CRI	145.721	145.721	25/07/2023	15/07/2026	CDI + 1,00% a.a.	1.073	**156**	154
7ª Emissão de debêntures - 2ª série - CRI	878.503	878.503	25/07/2023	15/07/2027	Pré 11,75% a.a.	1.054	**926**	925
7ª Emissão de debêntures - 3ª série - CRI	46.622	46.622	25/07/2023	17/07/2028	CDI + 1,15% a.a.	1.074	**50**	50
8ª Emissão de debêntures - 1ª série	400.000	400.000	22/12/2023	22/12/2027	CDI + 1,85% a.a.	1.004	**402**	401
8ª Emissão de debêntures - 2ª série	400.000	400.000	22/12/2023	22/12/2028	CDI + 1,95% a.a.	1.004	**402**	401
9ª Emissão de debêntures - série única	500.000	500.000	28/03/2024	26/03/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.041	**521**	516
10ª Emissão de debêntures - série única	1.800.000	1.800.000	25/06/2024	20/06/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.004	**1.806**	1.805
11ª Emissão de debêntures - série única	2.800.000	2.800.000	01/10/2024	25/09/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.041	**2.915**	2.882
12ª Emissão de debêntures - série única	800.000	800.000	13/12/2024	10/12/2029	CDI + 1,25% a.a.	1.009	**807**	804
13ª Emissão de debêntures - série única	1.500.000	1.500.000	13/06/2025	05/06/2029	CDI + 1,20% a.a.	1.010	**1.515**	–
Custo de captação							**(133)**	(176)
							12.606	14.799

O valor de R$12.606 demonstrado no quadro acima, não contempla o efeito dos instrumentos financeiros derivativos passivo de R$77, este valor faz parte da composição de (R$360), apresentado na nota 16.9.1, sendo registrado: (R$437) no ativo e R$77 no passivo.

A Companhia utiliza da emissão de debêntures para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongamento do seu perfil de dívida e investimentos. As debêntures emitidas são: sem preferência; não conversíveis em ações; não possuem cláusulas de repactuação e não possuem garantia.

16.11 Empréstimos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui empréstimos em moeda estrangeira para fortalecer o capital de giro, manter sua estratégia de caixa, alongar o seu perfil de dívida e investimento.

16.12 Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui garantias relacionadas aos seus contratos de empréstimos.

16.13 Contratos de *swap*

A Companhia faz uso de operações de swap de 100% das captações em dólares norte-americanos, em taxas de juros pré-fixado e em IPCA, trocando essas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). A taxa média anual do CDI em 31 de dezembro de 2025 foi de 14,31% (10,83% em 31 de dezembro de 2024).

16.14 Índices financeiros

Em conexão com as emissões de debêntures e notas promissórias efetuadas, a Companhia tem a obrigação de manter índices financeiros. Esses índices são calculados trimestralmente com base nas informações contábeis da Companhia, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo: (i) a dívida líquida consolidada/patrimônio líquido menor ou igual a 3,00; e (ii) índice de dívida líquida consolidada/EBITDA *Last Twelve Months* ("LTM") menor ou igual a 3,00.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia estava com todas as obrigações contratuais cumpridas e adimplente em relação a esses índices.

17 PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em virtude de um evento passado, é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. A despesa relacionada à eventual provisão é registrada no resultado do exercício, líquida do eventual reembolso. A Companhia tem como política o provisionamento dos honorários sobre êxito. Nas notas explicativas são divulgados os valores envolvidos para as causas ainda não finalizadas e consideradas como êxito possível.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais, a sua relevância jurídica, o histórico de ocorrência e valores envolvidos e a avaliação dos advogados externos.

A provisão para demandas judiciais é estimada pela Companhia e corroborada por seus consultores jurídicos e foi estabelecida em um montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis.

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	62	163	38	263
Adições	7	225	29	261
Reversões	(37)	(114)	(26)	(177)
Pagamentos	(9)	(117)	(15)	(141)
Atualização monetária	(7)	17	7	17
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16	174	33	223
Depósito judicial	(4)	(2)	(3)	(9)
Provisões líquidas de depósitos judiciais	12	172	30	214

	Tributários	Previdenciárias e trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	16	174	33	223
Adições	**16**	**295**	**27**	**338**
Reversões	**–**	**(133)**	**(11)**	**(144)**
Pagamentos	**–**	**(178)**	**(10)**	**(188)**
Atualização monetária	**12**	**20**	**5**	**37**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**44**	**178**	**44**	**266**
Depósito judicial	**(4)**	**(1)**	**(2)**	**(7)**
Provisões líquidas de depósitos judiciais	**40**	**177**	**42**	**259**

Do valor total do quadro acima, R$31 (R$26 em 31 de dezembro de 2024) é de responsabilidade do GPA decorrentes de contingências até 2016, conforme disposições contratuais, sendo: R$4 tributário, R$8 trabalhista e R$19 cível (R$4 tributário, R$7 trabalhista e R$15 cível em 31 de dezembro de 2024).

17.1 Tributários

Processos tributários fiscais estão sujeitos por lei à atualização monetária mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões com base em taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicáveis, foram computados e provisionados com respeito aos montantes não pagos.

A Companhia tem outras demandas tributárias que, de acordo com a análise de seus consultores jurídicos, foram provisionadas. São elas: (i) questionamento referente a não aplicação do Fator Acidentário de Prevenção (FAP); (ii) IPI na revenda de produtos importados; e (iii) demais assuntos.

O montante provisionado em 31 de dezembro de 2025 para esses assuntos é de R$44 (R$16 em 31 de dezembro de 2024).

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 00:25:47 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BA1B9FCF-96AE-4CB6-87D3-74B717125877

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

17.2 Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R$178 (R$174 em 31 de dezembro de 2024), referente ao potencial de risco de perda em relação às reclamações trabalhistas. A Administração, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para perdas quando razoavelmente estimadas, considerando as experiências anteriores em relação aos valores demandados.

17.3 Cíveis

A Companhia responde a ações de natureza cível (indenizações, cobranças, entre outras) e que se encontram em diferentes fases processuais e em diversos fóruns judiciais. A Administração da Companhia constitui provisões em montantes considerados suficientes para cobrir decisões judiciais desfavoráveis quando seus consultores jurídicos internos e externos entendem que as perdas sejam prováveis.

Entre esses processos destacam-se:

A Companhia ajuíza e responde a diversas ações cíveis e imobiliárias, revisionais e renovatórias, onde há discussão sobre os valores de aluguéis atualmente pagos. A Companhia constitui provisão da diferença entre os valores de aluguéis mensais pagos pelas lojas e os valores de aluguéis apurados em perícia judicial, considerando que é o valor do laudo pericial que servirá de base para a decisão judicial que alterará o valor do aluguel pago pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o montante da provisão para essas ações é de R$33 (R$26 em 31 de dezembro de 2024), para as quais não há depósitos judiciais.

A Companhia ajuíza e responde a algumas ações judiciais relacionadas a multas aplicadas por órgãos fiscalizadores da administração direta e indireta da União, Estados e Municípios, dentre eles destacam-se órgãos de defesa do consumidor (PROCONs, INMETRO e Prefeituras). A Companhia, com o auxílio de seus consultores jurídicos, avalia essas demandas registrando provisões para desembolsos prováveis de caixa de acordo com a estimativa de perda. Em 31 de dezembro de 2025, o montante da provisão para essas ações é de R$11 (R$7 em 31 de dezembro de 2024).

O total das demandas cíveis, regulatórias e imobiliárias em 31 de dezembro de 2025 da Companhia é de R$44 (R$33 em 31 de dezembro de 2024).

17.4 Passivos contingentes não provisionados

A Companhia possui outras demandas que foram classificadas pela Administração com assessoria dos seus advogados externos como possíveis, portanto, não provisionadas, e são relacionadas aos seguintes assuntos:

	31/12/2025	31/12/2024
Imposto sobre operações financeiras - IOF - Processo de divergência de recolhimento.	**15**	14
PIS, COFINS - Divergências de recolhimentos e pagamentos a maior, multa por descumprimento de obrigação acessória, glosa de créditos de PIS e COFINS, dentre outros assuntos que aguardam julgamento na esfera administrativa e judicial.	**995**	1.008
ICMS - Apropriação de créditos de aquisições de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual, dentre outros assuntos, os quais aguardam julgamento definitivo tanto na esfera administrativa como na judicial.	**1.166**	1.210
ISS, IPTU, Taxas e outros - Divergências de recolhimentos de IPTU, multas por descumprimento de obrigações acessórias, ISS - ressarcimento de despesas com publicidade e taxas diversas,que aguardam decisões administrativas e judiciais.	**15**	20
INSS - Divergências na Guia de recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP), compensações não homologadas, dentre outros assuntos, que estão em discussão administrativa e judicial.	**15**	25
Outras - Ações no âmbito da justiça e juizado especial cível.	**1**	2
Remuneração vinculado a taxa de sucesso dos advogados externos caso todos os processos fossem finalizados com êxito.	**33**	27
	2.240	2.306

Do valor total do quadro acima, R$1.045 (R$1.097 em 31 de dezembro de 2024) é de responsabilidade do GPA decorrentes de contingências até 2016, conforme disposições contratuais, sendo: R$1.044 tributário e R$1 cível (R$1.096 tributário e R$1 cível em 31 de dezembro de 2024).

Foram abertas três ações cíveis públicas movidas por instituições ligadas ao movimento negro, em razão de uma abordagem a um cliente em agosto de 2021 na loja de Limeira - SP, na qual alegam que os motivadores da abordagem seriam questões raciais, sendo o objeto das ações a indenização por danos coletivos. Todas foram devidamente respondidas. Uma delas já foi extinta pelo judiciário sem maiores efeitos. Em 31 de dezembro de 2025, restam duas ações vigentes em andamento e, dada a subjetividade do tema, ainda não é possível estimar razoavelmente os valores envolvidos. Não se espera impacto significativo, quando da conclusão das ações nas demonstrações financeiras da Companhia.

17.4.1 Incertezas sobre o tratamento de IRPJ e CSLL

Em atendimento ao ICPC 22/*IFRIC* 23 - Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre a Renda, a Companhia possui discussões administrativas e judiciais com órgãos fiscalizadores da União, as quais estão relacionadas a tratamentos incertos adotados na apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. Com base na avaliação interna e dos assessores jurídicos, a Companhia avalia que o tratamento fiscal adotado está adequado e por essa razão são classificados como chances de êxito maior que a chance de não êxito da causa (*more likely than not)*. Em 31 de dezembro de 2025, o valor envolvido era de R$1.353 (R$1.025 em 31 de dezembro de 2024).

Do valor total apresentado acima R$310 é de responsabilidade do GPA decorrentes de contingências até 2016, conforme disposições contratuais (R$293 em 31 de dezembro de 2024).

17.5 Garantias

A Companhia apresentou fianças bancárias e seguros garantia aos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, abaixo descrita:

Processos	31/12/2025	31/12/2024
Tributários	**2.040**	1.747
Trabalhistas	**86**	89
Cíveis e outros	**40**	38
	2.166	1.874

O custo das garantias em 31 de dezembro de 2025 é aproximadamente 0,15% ao ano do valor das causas (0,16% em 31 de dezembro de 2024) e é registrado para despesa pela fluência do prazo.

17.6 Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos judiciais, de montantes equivalentes às decisões legais finais bem como depósitos em caução relacionados com as provisões para processos judiciais. Esses depósitos estão registrados no ativo nos seguintes valores:

Processos	31/12/2025	31/12/2024
Tributários	**16**	16
Trabalhistas	**2**	4
Cíveis e outros	**4**	4
	22	24

18 RECEITAS A APROPRIAR

A Companhia celebra contratos comerciais com fornecedores para locação de espaços de mídia, exposição de produtos e outras ações comerciais, com prazos que variam entre 12 e 24 meses.

A receita a apropriar é necessária pois a contraprestação é considerada firme e garantida pelo contrato, ainda que liquidada mensalmente por meio de compensação com notas fiscais do fornecedor. A receita é reconhecida linearmente ao longo da vigência do contrato, de acordo com a transferência dos serviços prestados.

	31/12/2025	31/12/2024
Acordos comerciais com fornecedores (i)	**983**	418
Acordo comercial - Folha de pagamento (ii)	**31**	37
Marketing	**11**	20
	1.025	475
Circulante	**507**	449
Não circulante	**518**	26

(i) Refere-se a aluguéis de módulos dos fornecedores para exposição de seus produtos "checkstand", ponta de gôndola e painéis luminosos "back light". O aumento relevante do passivo não circulante decorre dos contratos assinados em 2025, os quais têm vigência de dois anos.

(ii) Acordo comercial com instituição financeira referente à exclusividade para o processamento da folha de pagamento.

19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e contribuição social correntes ativos e passivos, são mensurados pelo valor previsto para ser ressarcido ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para cálculo do imposto são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor, no encerramento dos exercícios. A tributação sobre a renda compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), sendo calculada no regime do lucro real (lucro ajustado) segundo as alíquotas aplicáveis na legislação em vigor: 15% sobre o lucro real e 10% adicionais sobre o que exceder R$240 em lucro real por ano, no caso do IRPJ, e 9% no caso da CSLL.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias, no encerramento dos exercícios, entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e todos os prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que haverá lucro tributável do qual se possa deduzir as diferenças temporárias e os prejuízos fiscais não utilizados; exceto quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes à diferença temporária dedutível resulte do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios e que, no momento da operação, não afete o lucro contábil, nem o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido uma vez que deixe de ser provável que haverá um lucro tributável suficiente para permitir a utilização da totalidade ou de parte do imposto de renda e da contribuição social diferidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos não reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço e reconhecidos uma vez que tenha se tornado provável que haverá lucros tributáveis futuros que permitam a recuperação desses ativos. Os créditos decorrentes de prejuízos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos não têm prazo prescricional, mas sua utilização, conforme definida em lei, é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício para as entidades legais brasileiras, e referem-se às suas subsidiárias que dispõem de oportunidades de planejamento tributário para utilização desses saldos.

Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado do exercício.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais de imposto de renda, e os impostos diferidos se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Em virtude da natureza e complexidade do negócio da Companhia, as diferenças entre os resultados efetivos e as premissas adotadas ou as futuras alterações dessas premissas podem acarretar futuros ajustes de receitas e despesas tributárias já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas razoáveis para os impostos devidos. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência de fiscalizações anteriores e as diferentes interpretações da regulamentação fiscal pela entidade contribuinte e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem se referir a uma grande variedade de questões, dependendo das condições vigentes no domicílio da respectiva entidade.

19.1 Reconciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**234**	935
IRPJ e CSLL pela alíquota nominal (34%)	**(80)**	(318)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
Multas fiscais	**(5)**	(4)
Resultado de equivalência patrimonial	**20**	22
Juros sobre capital próprio	**48**	43
Subvenção de ICMS - Incentivos fiscais (i)	**164**	43
Créditos de atualizações monetárias	**40**	51
Pagamentos a maior de tributos (ii)	**75**	–
Outras diferenças permanentes	**1**	(3)
Imposto de renda e contribuição social efetivo	**263**	(166)
Imposto de renda e contribuição social do exercício		
Corrente	**(36)**	(141)
Diferido	**299**	(25)
Benefício (despesa) de imposto de renda e contribuição social	**263**	(166)
Taxa efetiva	**-111,4%**	17,8%

(i) A Companhia apurou créditos fiscais de subvenção que, conforme previsão legal, não compõem base de cálculo do IRPJ e da CSLL.

(ii) Crédito extemporâneo relativo a saldo negativo de IRPJ e CSLL pagos a maior.

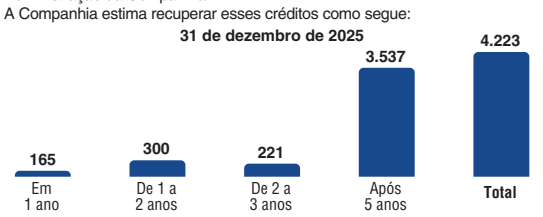
19.2 Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os principais componentes do imposto de renda e contribuição social diferidos nos balanços patrimoniais são os seguintes:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
Impostos de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízos fiscais	**331**	**–**	**331**	314	–	314
Provisão para demandas judiciais	**82**	**–**	**82**	67	–	67
Swap	**–**	**(63)**	**(63)**	–	(132)	(132)
Amortização fiscal de ágio	**–**	**(317)**	**(317)**	–	(317)	(317)
Marcação a mercado	**2**	**–**	**2**	2	–	2
Imobilizado e intangível	**9**	**–**	**9**	10	–	10
Perdas não realizadas com créditos tributários	**–**	**(101)**	**(101)**	–	(71)	(71)
Provisões de estoque	**37**	**–**	**37**	35	–	35
Custo de captação	**–**	**(47)**	**(47)**	–	(62)	(62)
Arrendamento mercantil líquido do direito de uso	**3.537**	**(3.189)**	**348**	3.249	(3.016)	233
Programa de remuneração	**36**	**–**	**36**	21	–	21
Variação cambial	**–**	**(38)**	**(38)**	33	–	33
Provisão de *impairment*	**181**	**–**	**181**	–	–	–
Ajuste a valor presente	**8**	**–**	**8**	–	–	–
Outros	**–**	**(25)**	**(25)**	7	–	7
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) brutos	**4.223**	**(3.780)**	**443**	3.738	(3.598)	140
Compensação	**(3.780)**	**3.780**	**–**	(3.598)	3.598	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (passivos) líquidos	**443**	**–**	**443**	140	–	140

A Administração da Companhia preparou avaliação sobre a viabilidade acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios. Esse estudo foi elaborado com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

A Companhia estima recuperar esses créditos como segue:



19.3 Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	**140**	171
Benefícios (despesas) no exercício	**299**	(25)
IR sobre outros resultados abrangentes	**4**	3
Outros	**–**	(9)
No final do exercício	**443**	140

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital social e direitos das ações

Conforme o estatuto, o capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de 2 bilhões de ações ordinárias. Abaixo, o capital social subscrito e totalmente integralizado, representado por ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal:

	Quantidade de ações	Valor (em reais)
Saldo em 31/12/2023	1.351.833.200	1.271.691.249
Aumento de capital - RCA* em 08/08/2024	256.799	2.568
Aumento de capital - RCA em 07/11/2024	54.881	549
Aumento de capital - RCA em 11/12/2024	70.767	708
	382.447	3.825
Saldo em 31/12/2024	1.352.215.647	1.271.695.074
Aumento de capital - RCA em 18/03/2025 (i)	**–**	**184.074.731**
Aumento de capital - RCA em 18/03/2025	**29.538**	**295**
Aumento de capital - RCA em 07/08/2025	**1.191.014**	**11.910**
Aumento de capital - RCA em 06/11/2025	**60.751**	**608**
	1.281.303	**184.087.544**
Saldo em 31/12/2025	**1.353.496.950**	**1.455.782.618**

*Reunião do Conselho de Administração ("RCA").

(i) Aumento de capital mediante capitalização de reserva de expansão, sem emissão de novas ações.

Abaixo, composição acionária da Companhia:

	Nota	31/12/2025	Participação	31/12/2024	Participação
Ações em circulação		**1.341.708.018**	**99,13%**	1.348.415.647	99,72%
Ações em tesouraria	20.5	**11.788.932**	**0,87%**	3.800.000	0,28%
		1.353.496.950	**100,00%**	1.352.215.647	100,00%

20.2 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Os acionistas têm o direito ao recebimento de um dividendo anual mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido de cada exercício social, ajustado nos termos da lei, compensando-se nos dividendos anuais os juros sobre capital próprio (JSCP) e os dividendos distribuídos no exercício.

A Administração propôs dividendos a serem distribuídos, conforme demonstrado abaixo:

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício		**497**	769
Reserva de incentivos fiscais		**–**	(229)
Base reserva legal		**497**	540
% Reserva legal		**5%**	5%
Reserva legal do exercício	20.3	**25**	27
Base dividendos		**472**	513
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%		**118**	129
JSCP a pagar líquido (i)		**(123)**	(109)
Dividendos propostos		**–**	20
Dividendos adicionais propostos (ii)		**(5)**	–

(i) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2025, foi aprovado o pagamento de JSCP no valor bruto de R$140 sobre o qual foi efetuada a dedução do Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRPF") no valor de R$17, resultando no valor líquido de R$123. O pagamento será realizado em 26 de junho de 2026.

(ii) Em 31 de dezembro de 2025, o JSCP a pagar líquido, conforme descrito acima, excedeu o dividendo mínimo obrigatório de 25% previsto no estatuto social da Companhia em R$5. Este excedente não representa obrigação adicional da Companhia e encontra-se sujeito à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE), nos termos da legislação societária aplicável e do estatuto social da Companhia.

20.3 Reserva de lucros

A reserva legal é estabelecida mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício social, observado o limite de 20% do capital, conforme estabelecido pelo artigo 193 da Lei n° 6.404/76. O saldo em 31 de dezembro de 2025 é de R$232 (R$207 em 31 de dezembro de 2024).

O valor de R$25 constituído em 31 de dezembro de 2025 (R$27 em 31 de dezembro de 2024), respeita o limite de 20% do capital social da Companhia, conforme estabelecido pelo artigo 193 da Lei n° 6.404/76.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**497**	769
Reserva de incentivos fiscais	**–**	(229)
Base reserva legal	**497**	540
% Reserva legal	**5%**	5%
Reserva legal do exercício	**25**	27

20.4 Reserva de expansão

Em 26 de março de 2025, foi divulgado ao mercado a proposta da Administração, contemplando os valores de constituição da reserva de expansão com base no resultado do exercício de 2024, no valor de R$368. A proposta da Administração foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 25 de abril de 2025.

20.5 Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em outras reservas de capital.

Em 25 de junho de 2024, o Conselho de Administração aprovou o primeiro programa de recompra de ações de emissão da Companhia. O programa teve por objetivo a aquisição, em até 12 meses a partir da data de aprovação, de até 3.800.000 ações ordinárias, representativas de 0,28% do total de ações em circulação, para manutenção em tesouraria e entrega dessas ações aos participantes do Programa Sócio Executivo, vide nota 20.6.4 e do Plano de Incentivo de Longo Prazo via Outorga do Direito de Receber Ações, vide nota 20.6.5. As ações foram adquiridas no mercado de ações com base nas condições normais de negociação.

Em 18 de março de 2025, o Conselho de Administração aprovou o segundo programa de recompra de ações de emissão da Companhia. O programa teve por objetivo a aquisição, em até 12 meses a partir de 1° de abril de 2025, de até 8.000.100 ações ordinárias, representativas de 0,59% do total de ações em circulação, para o mesmo propósito conforme descrito acima. As ações foram adquiridas no mercado de ações com base nas condições normais de negociação.

O quadro abaixo representa a movimentação das ações em tesouraria:

	Quantidade de ações	Valor (em reais)	Preço médio
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.800.000	26.390.274	6,94
Recompra de ações	**8.000.100**	**75.790.607**	
Custos adicionais do exercício	**–**	**1.616.478**	
Venda de ações do exercício	**(370)**	**(3.728)**	
Ações transferidas do exercício	**(10.798)**	**(91.217)**	
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**11.788.932**	**103.702.414**	**8,80**

20.6 Pagamento baseado em ações

20.6.1 Opções outorgadas reconhecidas

Na rubrica "Opções de ações outorgadas" são reconhecidos os efeitos dos pagamentos com base em ações dos executivos da Companhia, nos termos do CPC 10 (R1)/IFRS *2* - Pagamento Baseado em Ações.

Os empregados e administradores da Companhia podem receber pagamento com base em ações, quando os funcionários prestam serviços em troca de instrumentos patrimoniais ("operações liquidadas com ações").

A Companhia mensura os custos das transações de pessoas físicas elegíveis à remuneração com base em ações, fundamentado no valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. A estimativa do valor justo das operações de pagamento com base em ações exige uma definição do modelo de avaliação mais adequado, o que depende dos termos e das condições da outorga. Essa estimativa exige também uma definição das informações mais adequadas para o modelo de avaliação, incluindo a expectativa de vida útil da opção de ações, a volatilidade e o retorno dos dividendos, bem como a elaboração de premissas correspondentes.

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício, em conjunto com um correspondente aumento do patrimônio líquido, ao longo do exercício no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas. As despesas acumuladas reconhecidas com relação aos instrumentos patrimoniais em cada data-base, até a data de aquisição, refletem a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de instrumentos patrimoniais que serão adquiridos.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 00:25:57 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BA1B9FCF-96AE-4CB6-87D3-74B717125877

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA | ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

A despesa ou reversão de despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços.

Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação do valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação.

Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma.

O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação.

A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Plano de remuneração da Companhia

O plano de remuneração em opção de compra de ações ("Plano de Remuneração") é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Remuneração ("Comitê").

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries B10 e B11 do Plano de Remuneração.

As opções concedidas a um participante em sua grande maioria não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37° (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42° (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Remuneração é correspondente a R$0,01 ("preço de exercício").

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10° (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

Plano de opção da Companhia

O plano de opção de compra de ações ("Plano de Opção") é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Opção.

Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries C10 e C11 do Plano de Opção.

Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de Opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37° (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42° (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano de Remuneração.

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício.

O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10° (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

As informações relativas ao Plano de Opção e Plano de Remuneração da Companhia estão resumidas a seguir:

				31/12/2025			
				Quantidade de ações (em milhares)			
Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga (em reais)	Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Vigentes
B9	31/05/2022	01/06/2025	0,01	**2.163**	**(2.047)**	**(116)**	**–**
C9	31/05/2022	01/06/2025	12,53	**1.924**	**(119)**	**(1.805)**	**–**
B10 (i)	31/05/2023	01/06/2026	0,01	**1.390**	**(114)**	**(77)**	**1.199**
C10 (i)	31/05/2023	01/06/2026	11,82	**1.390**	**–**	**(191)**	**1.199**
B11 (i)	31/05/2024	01/06/2027	0,01	**1.294**	**(61)**	**(84)**	**1.149**
C11 (i)	31/05/2024	01/06/2027	10,62	**1.294**	**–**	**(145)**	**1.149**
				9.455	**(2.341)**	**(2.418)**	**4.696**

(i) Ações outorgadas para diretores não estatutários.

20.6.2 Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações da Companhia

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. O período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção.

De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia.

O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 31 de dezembro de 2025 de todas as opções outorgadas:

	31/12/2025 (em milhares)
Quantidade de ações em circulação	**1.341.708**
Saldo das séries outorgadas em vigor	**4.696**
Percentual máximo de diluição	**0,35%**

O valor justo de cada opção concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black-Scholes* de precificação de opções, considerando as seguintes premissas:

Séries outorgadas	Média ponderada do valor justo das opções concedidas (em reais)	Expectativa de dividendos	Expectativa de volatilidade aproximada	Taxa de juros médios ponderados sem risco	*Exit rate*	Expectativa de vida média remanescente
B10	10,33	1,31%	35,32%	10,87%	8,00%	5 meses
C10	3,28					
B11	11,89	0,77%	37,32%	11,28%	8,00%	17 meses
C11	5,18					

	Ações (em milhares)	Média ponderada do preço de exercício (em reais)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em 31 de dezembro de 2024	8.362	5,88	1,31
Canceladas durante o exercício	**(1.900)**	**11,98**	
Exercidas durante o exercício	**(1.766)**	**0,01**	
Em aberto no fim do exercício	**4.696**	**5,62**	**0,91**
Total a exercer em 31 de dezembro de 2025	**4.696**	**5,62**	**0,91**

O valor registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R$6 (R$25 em 31 de dezembro de 2024).

20.6.3 Plano de pagamento baseado em ações - liquidadas em caixa

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de julho de 2023, foi aprovado o plano de pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, somente para os Diretores Estatutários da Companhia. Este plano não torna os executivos sócios da Companhia, mas somente adquirem o direito ao recebimento de um valor em dinheiro correspondente à cotação média das ações da Companhia negociadas na B3 sob o código ASAI3.

A metodologia de cálculo é a média linear da cotação das ações considerando os últimos 20 pregões anteriores, incluindo a data-base de 1° de agosto de 2023 (data de outorga), até o fim do plano em 31 de julho de 2028. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, respeitando os períodos de *vestings das ações*.

Foram outorgadas ações aos executivos da Companhia e o recebimento do prêmio em relação a 50% dessas ações estará condicionado ao cumprimento da condição de serviço (ações condicionadas a tempo) e os outros 50% estará condicionado ao cumprimento, de forma cumulativa, da condição de serviço e da condição de *performance* (ações condicionadas a tempo e *performance*). Abaixo, movimentação do exercício:

	Quantidade de ações outorgadas (em milhares)	
	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	**1.911**	1.989
Cancelamentos	**–**	(78)
No final do exercício	**1.911**	1.911

Para que as ações condicionadas a tempo se tornem *vested*, o Executivo deverá permanecer na Companhia desde a data de outorga até as datas abaixo (prazo de carência):

a) 20% (vinte por cento) no aniversário de 3 anos contados da data de outorga;
b) 20% (vinte por cento) no aniversário de 4 anos contados da data de outorga; e
c) 60% (sessenta por cento) no aniversário de 5 anos contados da data de outorga.

Para que as ações condicionadas a tempo e *performance* se tornem *vested*, o Executivo deverá cumprir os prazos de carência acima, além do cumprimento das metas, sendo segregado entre: a) Meta *Environmental, Social and Governance* ("*ESG*") com peso de 30%: i) contratação de pessoas com deficiências; ii) mulheres na liderança, no cargo gerencial ou superior; e iii) emissões totais de carbono - Escopo 1 e 2; e b) Meta operacional com peso de 70%: i) fluxo de caixa operacional.

As metas dispostas acima serão revisadas anualmente pelo Conselho de Administração e o não atingimento, em 31 de dezembro de 2026 e 2027, poderá ser compensado pelo atingimento nas datas de apuração subsequentes.

Ao final de cada prazo de carência as ações condicionadas a tempo que tiverem se tornando ações *vested* serão liquidadas automaticamente, e as ações condicionadas a tempo e *performance* deverão ser verificadas o cumprimento das metas acima relacionadas.

Caso o desligamento do Executivo seja realizado por iniciativa própria, este perderá o direito ao recebimento das ações não *vested*, sendo imediatamente canceladas e extintas, sem qualquer compensação e/ou indenização, independente de aviso prévio ou notificação. Caso o desligamento do Executivo seja realizado por iniciativa da Companhia, mediante demissão e destituição do cargo por falta grave, todas as suas ações serão extintas, sem qualquer compensação e/ou indenização, independente de aviso prévio ou notificação. Caso o desligamento do Executivo seja realizado em decorrência de mútuo acordo entre a Companhia e o Executivo ou por iniciativa da Companhia, mediante demissão e destituição do cargo, sem falta grave, o Executivo terá o direito, condicionado ao cumprimento das obrigações restritivas, à liquidação de todas as ações *vested* na data do desligamento e a manter uma parcela das ações não *vested* conforme acordado entre as partes.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor do passivo correspondente ao plano, incluindo os encargos sociais, está registrado na rubrica de "Plano de ações liquidadas em caixa" no passivo não circulante, no valor de R$12 (R$5 em 31 de dezembro de 2024), o total da despesa reconhecida foi de R$7 (R$2 em 31 de dezembro de 2024) e o valor justo do total do plano nesta data era de R$21.

20.6.4 Programa sócio executivo

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovado o Programa Sócio Executivo da Companhia, o qual tem por objetivo criar um programa de longo prazo único e extraordinário, que não se confunde com o Incentivo de Longo Prazo padrão, composto por uma concessão única de direitos a ações direcionada ao Diretor Presidente, ao Diretor Vice-Presidente Comercial e de Logística e ao Diretor Vice-Presidente de Operações ("Participantes"), em montante substancial e atrelado à permanência e ao atingimento de determinadas metas de *performance* dos Participantes, visando: (i) a retenção de longo prazo dos Participantes; e (ii) o reforço do senso de dono nos Participantes, transformando administradores-chave em acionistas relevantes e de longo prazo.

Através do Programa Sócio Executivo, a Companhia outorgou, em 1° de maio de 2024, aos Participantes o direito de receber até 27.069.939 ações da Companhia, correspondente a até 2% da quantidade total de ações de emissão da Companhia na data de aprovação do Programa Sócio Executivo, sujeita aos ajustes previstos no Programa Executivo, como segue:

i) 0,40% serão compostos por ações restritas, cujo direito somente será adquirido se os Participantes permanecerem vinculados à Companhia como Administradores, sendo: i) 30% na primeira data de *vesting* (5 anos da data da outorga); e ii) 70% na segunda data de *vesting* (7 anos da data da outorga); e

ii) até 1,60% serão compostos por ações com premissas de *performance*, cujo direito somente será adquirido se forem verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: i) os Participantes permanecerem vinculado à Companhia como administradores até a segunda data de *vesting*; e ii) as metas de *performance* forem atingidas na segunda data de *vesting*, apuradas e calculadas de acordo com os termos e condições abaixo previstos.

Ações com premissas de *performance*

- A quantidade final de ações com premissas de *performance* que os Participantes terão direito dependerá do grau de atingimento da meta de Lucros por Ação ("LPA"), conforme aumento do *Compound Annual Growth Rate ("CAGR")* acumulado do LPA durante o período de apuração, conforme curva de atingimento.
- A curva de atingimento das metas LPA terá início no *trigger* mínimo correspondente a um LPA acumulado igual ou maior a IPCA + 20% a.a.. Partindo do *trigger* mínimo de IPCA + 20% a.a., o percentual da quantidade total de ações de emissão da Companhia a que os Participantes farão jus aumentará proporcionalmente ao aumento do *CAGR* acumulado do LPA até o limite de 1,60% da quantidade total de ações de emissão da Companhia. Se o *trigger* mínimo da curva da meta de LPA não for atingido, será considerado que a condição de *performance* não foi atingida.
- A curva de atingimento da meta de *performance* acumulada LPA será apurada considerando o período entre 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2030, exceto nos seguintes casos em que será considerado o período proporcional, conforme previsto no Programa Executivo: Desligamento Involuntário entre Primeira e Segunda Data de *Vesting*; Alienação de Controle e Aquisição Relevante; e Fechamento de Capital e Saída do Novo Mercado. Caberá ao Comitê Financeiro, Comitê de Auditoria e ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração calcularem e verificarem o cumprimento das metas de *performance*.
- As ações (tanto as ações restritas quanto as ações com premissas de *performance*) serão transferidas aos participantes mediante entrega de ações mantidas em tesouraria pela Companhia.

Ações adicionais

- Os Participantes terão direito de receber o valor por ação de dividendos, juros sobre capital próprio ou outros proventos pagos pela Companhia a seus acionistas entre a data de outorga e a data de recebimento das referidas ações, cujo valor será pago em ações ("ações adicionais"). O cálculo das ações adicionais será realizado através da multiplicação do valor por ação distribuído a título de proventos pela quantidade de ações a que os Participantes farão jus a receber, a cada data de pagamento de proventos, dividido pelo preço de cotação da ação ao final do pregão na B3 no dia imediatamente anterior à data em que as ações da Companhia passaram a ser negociadas ex-dividendos.
- As ações adicionais serão acrescidas à quantidade alvo outorgada (seja de ações restritas ou ações com premissas de *performance*) e estarão sujeitas aos mesmos termos e condições aplicáveis às ações restritas e ações com premissas de *performance* e serão transferidas ao Participante nos mesmos termos e condições mediante cumprimento das condições aplicáveis.

Todas as ações que vierem a ser recebidas pelos Participantes no âmbito do Programa Sócio Executivo ficarão sujeitas a um *lock-up* de 3 anos contados da data de recebimento das ações, exceto se previsto de forma diversa pelo Conselho de Administração nas hipóteses de desligamento do participante.

O valor justo de cada ação concedida no montante de R$13,12 foi mensurado com base no preço da ação na data da outorga, reduzido pela estimativa de desconto de 13,50%, devido à restrição de transferência após o período de aquisição. A Companhia determinou a quantidade estimada de ações que serão consideradas de direito dos Participantes em relação à parcela variável do plano com base nas projeções de resultado, alinhadas com as premissas de negócio e que a cada fim de período a estimativa será ajustada conforme essas projeções. Foi outorgada a quantidade de 9.961.738 ações, com o valor justo de R$11,35.

Em 31 de dezembro de 2025, o valor registrado no resultado do período foi de R$22 (R$13 em 31 de dezembro de 2024) e o valor justo do total do plano nesta data era de R$138, incluindo os encargos.

20.6.5 Plano de incentivo de longo prazo via outorga do direito de receber ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP"), o qual tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas e ações com premissas de performance aos diretores estatutários e não-estatutários da Companhia ("*Participantes*"), bem como a eventuais outros empregados que possam ser selecionados para participar do plano.

Mediante a concessão do direito de receber ações de emissão da Companhia aos Participantes, o Plano ILP visa promover: (i) o alinhamento entre os interesses dos Participantes e os interesses dos acionistas da Companhia; (ii) o estímulo da permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle; e (iii) a busca pela maximização de resultados e pela geração de valor sustentável para a Companhia e seus acionistas.

As outorgas realizadas no âmbito do Plano ILP serão feitas na seguinte proporção: (i) 30% do direito concedido será composto por ações restritas, sendo que a efetiva transferência das ações aos Participantes somente ocorrerá mediante o cumprimento de um prazo de *vesting* único de 3 anos (exceto pela outorga ao Diretor Presidente, que terá um prazo de *vesting* de até 5 anos, com *vesting* parciais de 33% no 3º ano, 33% no 4º ano e 34% no 5º ano); e (ii) 70% do direito concedido será composto por ações com premissas de *performance*, sendo que a efetiva transferência das ações aos Participantes somente ocorrerá mediante o cumprimento do prazo de *vesting* único de 3 anos (5 anos ao Diretor Presidente) vinculado ao atingimento das metas de *performance* estabelecidas pelo Conselho de Administração, sendo que a quantidade final de ações com premissas de *performance* que os Participantes terão direito dependerá do grau de atingimento de tais metas ao final do prazo de *vesting* único de 3 anos (5 anos ao Diretor Presidente), podendo variar de 90% a 110% da quantidade alvo de ações (sendo que a quantidade-alvo de ações assumirá o atingimento de 100% das metas).

Ações com premissas de *performance*

Em relação às outorgas de ações com premissas de *performance*, os indicadores serão definidos considerando os seguintes principais objetivos:

- preservar a relevância e posicionamento da Companhia em relação aos seus *peers* no setor de *cash & carry*;
- assegurar a geração de valor sustentável dos negócios;
- garantir a rentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo; e
- assegurar o nível adequado de lucratividade das operações, preservando níveis saudáveis de margem de lucro em relação ao histórico da Companhia.

A quantidade de ações restritas e ações com premissas de *performance* outorgadas será determinada com base: (i) em um múltiplo salarial, de acordo com a grade ocupada pelo Participante; e (ii) na cotação média das ações nos 20 pregões anteriores à outorga.

As ações (tanto as ações restritas quanto as ações com premissas de *performance*) serão transferidas aos Participantes mediante o cumprimento das condições descritas no plano, sendo que a transferência das ações será feita mediante entrega de ações mantidas em tesouraria pela Companhia.

Através do Plano ILP, a Companhia concederá aos Participantes o direito de receber uma determinada quantidade de ações correspondente a até 1,5% da quantidade total de ações de emissão da Companhia na data de aprovação do respectivo plano, sujeita aos ajustes previstos.

As informações relativas ao plano estão resumidas a seguir:

			31/12/2025			
			Quantidade de ações (em milhares)			
Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Vigentes
ILP - 2024	31/05/2024	31/05/2027	**649**	**(128)**	**–**	**521**
ILP - 2024	31/05/2024	31/05/2028	**50**	**–**	**–**	**50**
ILP - 2024	31/05/2024	31/05/2029	**396**	**–**	**–**	**396**
ILP - 2025	31/03/2025	31/03/2028	**5.085**	**(570)**	**(15)**	**4.500**
ILP - 2025	31/03/2025	31/03/2029	**97**	**–**	**–**	**97**
ILP - 2025	31/03/2025	31/03/2030	**777**	**–**	**–**	**777**
			7.054	**(698)**	**(15)**	**6.341**

O valor justo de cada ação concedida é estimado na data da concessão usando o modelo *Black-Scholes* de precificação, considerando as seguintes premissas:

Séries outorgadas	Valor justo concedido (em reais)	Expectativa de dividendos	Expectativa de volatilidade aproximada	Taxa de juros médios ponderados sem risco	Expectativa de vida média remanescente
ILP - 2024	11,90 (3° ano)	0,77%	37,32%	11,28%	17 meses
	11,81 (4° ano)		36,94%	11,54%	29 meses
	11,72 (5° ano)		38,27%	11,68%	41 meses
ILP - 2025	6,98 (3° ano)	2,57%	41,69%	14,71%	27 meses
	6,80 (4° ano)		39,51%	14,73%	39 meses
	6,63 (5° ano)		39,50%	14,81%	51 meses

	Ações (em milhares)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em 31 de dezembro de 2024	1.095	3,19
Outorgadas durante o exercício	**5.959**	
Canceladas durante o exercício	**(698)**	
Exercidas durante o exercício	**(15)**	
Em aberto no fim do exercício	**6.341**	**2,52**
Total a exercer em 31 de dezembro de 2025	**6.341**	**2,52**

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 00:26:07 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BA1B9FCF-96AE-4CB6-87D3-74B717125877

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2025, o valor registrado no resultado do exercício foi de R$16 (R$2 em 31 de dezembro de 2024) e o valor justo do total do plano nesta data era de R$65, incluindo os encargos.

21 RECEITA DE VENDA DE BENS E/OU SERVIÇOS

O CPC 47/IFRS 15, estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Receita

a) Vendas de mercadorias

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes nas lojas, momento em que fica satisfeita a obrigação de *performance* da Companhia. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

b) Receita de prestação de serviços

As receitas auferidas pela prestação de serviços, são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram para a Companhia e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta		
Mercadorias	**84.434**	80.295
Prestação de serviços e outros	**302**	275
	84.736	80.570
(–) Deduções da receita		
Devoluções e cancelamento de vendas	**(224)**	(182)
Impostos	**(7.205)**	(6.569)
	(7.429)	(6.751)
Receita operacional líquida	**77.307**	73.819

22 DESPESAS POR NATUREZA

Custo das mercadorias vendidas

Compreende o custo das aquisições, líquido dos descontos e dos acordos comerciais recebidos de fornecedores, e acrescido das movimentações nos estoques e dos custos de logística.

O acordo comercial recebido de fornecedores é mensurado com base nos contratos e acordos assinados entre as partes.

O custo das vendas inclui o custo das operações de logística, administradas ou terceirizadas pela Companhia, compreendendo os custos de armazenamento, manuseio e frete, incorridos até a disponibilização da mercadoria para venda. Os custos de transporte estão incluídos nos custos de aquisição.

Despesas de vendas

Compreendem todas as despesas das lojas, tais como salários, *marketing*, ocupação, manutenção, despesas com administradoras de cartão de crédito, entre outras.

Os gastos com *marketing* referem-se a campanhas publicitárias. Os principais meios de comunicação utilizados pela Companhia são: rádio, televisão, jornais, revistas e canais digitais tendo seus valores de acordo comercial reconhecidos no resultado do exercício no momento de sua realização.

Despesas gerais e administrativas

Correspondem às despesas indiretas e ao custo das unidades corporativas, incluindo compras e suprimentos, tecnologia da informação e atividades financeiras.

	31/12/2025	31/12/2024
Custo com estoques	**(62.719)**	(60.451)
Despesas com pessoal	**(5.053)**	(4.518)
Serviços de terceiros	**(490)**	(401)
Despesas comerciais	**(1.218)**	(1.215)
Despesas funcionais	**(1.420)**	(1.280)
Outras despesas	**(641)**	(606)
	(71.541)	(68.471)
Custo das mercadorias vendidas	**(64.266)**	(61.598)
Despesas com vendas	**(6.264)**	(5.995)
Despesas gerais e administrativas	**(1.011)**	(878)
	(71.541)	(68.471)

23 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

As outras receitas e despesas operacionais correspondem aos efeitos de eventos significativos ou não recorrentes ocorridos durante o exercício que não se enquadrem na definição das demais rubricas da Demonstração do Resultado do Exercício.

	31/12/2025	31/12/2024
Resultado de ativo imobilizado e de arrendamento	**(20)**	(12)
Receitas relativas a demandas judiciais	**2**	1
Provisão de *impairment* (i)	**(533)**	–
Outras	**(9)**	(10)
	(560)	(21)

(i) R$521 refere-se a provisão de *impairment* de investimento, vide nota 11.2 e R$12 refere-se a provisão de *impairment* de terreno, vide nota 12.1.

24 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

As receitas financeiras incluem os rendimentos gerados pelo caixa e equivalentes de caixa e por depósitos judiciais, além dos ganhos relacionados à mensuração de derivativos pelo valor justo.

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro - ou período menor, conforme o caso - ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro.

As despesas financeiras incluem substancialmente todas as despesas geradas pela dívida líquida e pelo custo da venda de recebíveis durante o exercício, as perdas relacionadas à mensuração dos derivativos pelo valor justo, as perdas com alienações de ativos financeiros, os encargos financeiros sobre demandas judiciais e impostos e despesas de juros sobre arrendamento mercantil financeiro.

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	**208**	118
Atualizações monetárias ativas	**155**	144
Receita de antecipação de títulos	**52**	54
Outras receitas financeiras	**13**	8
Total de receitas financeiras	**428**	324
Despesas financeiras		
Custo da dívida	**(1.974)**	(2.038)
(Perda) ganho de *swap*	**(481)**	75
Ganho (perda) de marcação a mercado	**10**	(88)
Custo e desconto de recebíveis	**(191)**	(133)
Atualizações monetárias passivas	**(14)**	5
Juros sobre passivo de arrendamento	**(1.124)**	(1.041)
Outras despesas financeiras	**(43)**	(13)
Total de despesas financeiras	**(3.817)**	(3.233)
	(3.389)	(2.909)

25 LUCRO POR AÇÃO

A Companhia calcula o lucro por ação por meio da divisão do lucro líquido, referente a cada classe de ações, pelo total de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias (após o ajuste referente aos juros sobre as ações preferenciais e sobre títulos conversíveis, em ambos os casos líquidos de tributos) pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro líquido disponível aos detentores da ação ordinária em circulação utilizadas para calcular o lucro básico e diluído por ação em cada exercício apresentado:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido alocado disponível a acionistas ordinários (a)	**497**	769
Média ponderada da quantidade de ações, excluindo as ações em tesouraria	**1.346**	1.351
Denominador básico (milhões de ações) (b)	**1.346**	1.351
Média ponderada de opção de compra de ações	**5**	4
Denominador diluído (milhões de ações) (c)	**1.351**	1.355
Lucro básico por milhões de ações (R$) (a ÷ b)	**0,369114**	0,569164
Lucro diluído por milhões de ações (R$) (a ÷ c)	**0,367865**	0,567277

26 TRANSAÇÕES NÃO CAIXA

A Companhia teve transações que não representaram desembolso de caixa e, portanto, não foram apresentadas nas Demonstrações do Fluxo de Caixa, conforme abaixo:

Transações	Nota
Contas a receber referente a transação SLB	1.4
Aquisição de imobilizado que ainda não foram pagos	12.4
Deliberação de JSCP	20.2

27 ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA

Ativos não circulantes e grupos de ativos, são classificados como mantidos para venda se o valor contábil for recuperado através de uma transação de venda, ao invés de uso contínuo. Esta condição é considerada atingida somente quando o ativo é disponível para venda imediata em sua condição presente, sujeita somente a termos que são usuais para vendas de tais ativos e sua venda é altamente provável. A Administração deve estar comprometida para efetuar a venda, e o prazo estimado para que a venda seja concluída deve estar dentro de um ano.

Ativos não circulantes classificados como mantidos para venda, são mensurados pelo menor entre o valor contábil e seu valor de mercado, menos custo de venda. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta a seguinte composição de ativos mantidos para venda:

	Nota	31/12/2025
Transferência de imobilizado	12.1	18
		18

PRESIDENTE

Belmiro de Figueiredo Gomes
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Wlamir dos Anjos
Diretor Vice-Presidente Comercial

Anderson Barres Castilho
Diretor Vice-Presidente de Operações

CONTADOR

Marco Aurélio Bove
CRC SP 257206/O-4

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO 2025

1. Introdução e escopo

Este relatório anual resumido apresenta uma síntese das atividades e contribuições do Comitê de Auditoria Estatutário ("Comitê" ou "COAUD") da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia") no exercício social de 2025, em conformidade com o Estatuto Social e o Regimento Interno do Comitê, e em linha com a regulamentação aplicável ao Comitê de Auditoria Estatutário.

No âmbito de suas atribuições, o Comitê atua como órgão de assessoramento ao Conselho de Administração, com foco na qualidade e integridade das informações financeiras, na supervisão da auditoria independente e da auditoria interna, na efetividade dos controles internos, e no monitoramento de riscos e temas de *compliance*, inclusive aqueles que podem impactar divulgações ao mercado e as demonstrações financeiras.

2. Principais atividades e temas acompanhados em 2025

Durante 2025, o COAUD desempenhou papel relevante no fortalecimento da governança corporativa e da transparência da Companhia, conduzindo, entre outras, as seguintes atividades:

2.1. Informações financeiras e divulgações
- Revisão crítica das Informações Trimestrais (ITRs), com discussões sobre qualidade das divulgações, consistência das notas explicativas, e coerência de informações divulgadas ao mercado, culminando em recomendações ao Conselho de Administração quando aplicável.
- Acompanhamento do fechamento anual e de temas contábeis de maior julgamento, incluindo aspectos de mensuração, reconhecimento e divulgação (por exemplo, subvenções, premissas e estimativas relevantes), com ênfase na robustez de racional e evidências.

2.2. Auditoria Independente: supervisão, qualidade e independência
- Discussões periódicas com a Auditoria Independente sobre planejamento, escopo, materialidade, cronograma, principais riscos e pontos de atenção, incluindo riscos de fraude (*management override*).
- Acompanhamento das comunicações formais da Auditoria Independente e avaliação de aspectos ligados à independência e à qualidade dos trabalhos, incluindo procedimentos de pré-aprovação de serviços quando aplicável.

2.3. Auditoria Interna: plano, execução e acompanhamento de planos de ação
- Acompanhamento das atividades da Auditoria Interna, incluindo plano de trabalho, principais resultados, criticidade de achados e *follow-up* de planos de ação, com foco em efetividade, prazos e governança de remediação.
- Interações para assegurar que temas relevantes identificados por auditorias (interna e independente) sejam adequadamente tratados e monitorados.

2.4. Controles internos e ambiente de tecnologia
- Supervisão da evolução dos controles internos, incluindo testes e remediações, com atenção a controles gerais de TI (ITGC) e processos relevantes para reporte financeiro.
- Discussões sobre padrões de documentação e trilhas de evidência, particularmente relevantes em contextos de transição regulatória e aumento de exigências de reporte.
- Acompanhamento, em interface com áreas competentes, de tópicos de tecnologia e risco que impactam o ambiente de controles, incluindo temas associados a cibersegurança, privacidade e dependência de terceiros críticos (prática cada vez mais presente na agenda de comitês de auditoria).

2.5. Riscos, contingências e temas fiscais relevantes
- Monitoramento de contingências fiscais e não fiscais, provisões e critérios de materialidade, com ênfase na consistência de premissas, governança de reporte e transparência de divulgações.
- Acompanhamento de temas fiscais recorrentes e de iniciativas de monetização/realização de créditos, avaliando racional, governança e documentação suporte.
- Acompanhamento dos desdobramentos e riscos relacionados a GPA/CBD, com reporte periódico, solicitação de evidências, avaliação de cenários e medidas mitigadoras.
- Análise e discussão sobre a negociação e sobre o contrato assinado com o Itaú para venda da participação detida pela Companhia na FIC, com finalização em 2 anos a contar da data de assinatura do referido contrato, inclusive em reunião conjunta com o Comitê Financeiro, quando aplicável.

2.6. Integridade, canal de denúncias e *compliance*
- Acompanhamento do Canal de Denúncias e de temas de integridade sob responsabilidade do Comitê, com ênfase em governança, confidencialidade, tratamento e monitoramento de providências.
- Recomendações de aprimoramento em políticas corporativas relevantes, incluindo, entre outras, Política de Conflito de Interesses e Política Anticorrupção, em linha com melhores práticas de governança e evolução do escopo esperado para comitês de auditoria.

2.7. Sustentabilidade e prontidão para IFRS S1 e IFRS S2
- Discussões sobre governança, materialidade financeira e prontidão para adoção das normas IFRS S1 e IFRS S2, incluindo necessidades de processos, dados, controles e eventual asseguração.
- Análise de independência para contratação de serviços associados a relatórios (por exemplo, asseguração de relatório anual/sustentabilidade e estudos técnicos correlatos), quando aplicável.

2.8. Governança e reportes regulatórios
- Revisão de documentos e reportes relevantes (incluindo Formulário de Referência - FRE), além de itens associados à AGOE, quando aplicável.

Adicionalmente, considerando a evolução da reforma tributária e seus potenciais impactos sobre preços, margens, sistemas e controles, o Comitê manterá acompanhamento periódico do tema ao longo de 2026. Nesse contexto, também serão analisadas, quando apresentadas pela administração, iniciativas relacionadas à tomada, gestão e eventual monetização de créditos tributários relevantes, com foco em fundamentos, riscos e adequação do tratamento contábil.

3. Conclusão e recomendação

Com base nas informações analisadas ao longo do exercício de 2025 e até esta data, nas interações mantidas com a Administração, a Auditoria Interna e a Auditoria Independente e no relatório de exame das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, cujo parecer não contém ressalvas, o Comitê de Auditoria conclui que as Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, bem como o resultado de suas operações, considerando as práticas contábeis aplicáveis e os esclarecimentos prestados pela Administração.

Dessa forma, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2026.

Enéas Pestana - Coordenador
Guillermo Braunbeck
Heraldo Oliveira
Miguel Mickelberg

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Sendas Distribuidora S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, examinou o Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício. O exame dos referidos documentos foi complementado por informações e esclarecimentos prestados aos Membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Companhia.

Com base nos referidos trabalhos e esclarecimentos, bem como no Relatório emitido sem modificações pelos Auditores Independentes, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima mencionados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sendas Distribuidora S.A., e, assim, opina favoravelmente ao encaminhamento do Relatório da Administração, das Demonstrações Contábeis e suas respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, bem como da proposta de destinação do resultado do exercício para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2026.

Artemio Bertholini
Presidente

Leda Maria Deiro Hahn
Membro Efetivo

Adriano Seabra
Membro Efetivo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da **Sendas Distribuidora S.A.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sendas Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais *("IFRS Accounting Standards")*, emitidas pelo *"International Accounting Standards Board - IASB"*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAAs") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Recuperabilidade de créditos tributários de ICMS

Por que é um PAA

Conforme divulgado na nota explicativa nº 9.1 às demonstrações financeiras, a Companhia possui créditos tributários de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS no valor de R$1.548 milhões, cuja recuperabilidade depende da geração futura suficiente de ICMS a pagar. Ao avaliar a recuperabilidade desses créditos tributários, a Diretoria usa projeções de receitas, custos e despesas, bem como outras informações para estimar o tempo e a natureza da geração futura de ICMS a pagar, que se baseiam em estimativas e premissas de desempenho futuro dos negócios e condições de mercado, incluindo expectativas de regulamentos fiscais aplicáveis e aplicação de regime especial obtido pela Companhia na apuração de ICMS para certos Estados da Federação. A auditoria da recuperabilidade desses créditos tributários foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da relevância dos valores envolvidos; e (ii) do nível relevante de complexidade relacionado às legislações estaduais de ICMS e do processo de avaliação da Diretoria, o qual requer julgamento significativo e inclui premissas relevantes na estimativa do tempo e montantes futuros de ICMS a pagar que poderiam ser afetados por condições e eventos econômicos ou de mercado e por questões relacionadas aos regimes especiais e potenciais mudanças nas legislações estaduais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação da Diretoria da recuperabilidade dos créditos tributários de ICMS, incluindo controles internos relevantes sobre as projeções preparadas pela Diretoria e aprovadas pelos órgãos de governança, usadas nessa avaliação de recuperabilidade.
- Avaliamos as premissas relevantes usadas pela Diretoria na elaboração do plano de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia das informações subjacentes que suportam as premissas significativas.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, avaliamos a aplicação das leis tributárias e dos regimes fiscais especiais utilizados na avaliação da recuperabilidade em certos Estados da Federação.
- Testamos os dados utilizados pela Diretoria na determinação dos créditos tributários, comparando estes com dados internos e testando a integridade e acurácia dos cálculos.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a realização dos créditos tributários de ICMS e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 00:26:18 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BA1B9FCF-96AE-4CB6-87D3-74B717125877

Sendas Distribuidora S/A
06.057.223/0001-71

ASSAÍ ATACADISTA

ASAI3 B3 LISTED NM

continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Provisões e contingências tributárias

Por que é um PAA

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 17.1, nº 17.4 e nº 17.4.1 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte envolvida em um número significativo de processos administrativos e judiciais na esfera tributária. Com base em opiniões legais e com suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, a Diretoria avalia a probabilidade de perda relacionada a esses processos administrativos e judiciais e registra provisões quando a probabilidade de perda é avaliada como provável e os valores podem ser estimados.

Em 31 de dezembro de 2025, a Diretoria registrou provisões no montante de R$44 milhões.

Ainda, a Companhia possui processos administrativos e judiciais adicionais no montante de R$3.593 milhões em 31 de dezembro de 2025, incluindo tratamentos tributários incertos, para os quais não foi registrada provisão. Desse valor, R$1.355 milhões são sujeitos a reembolso pelo antigo controlador da Companhia, conforme acordo de separação celebrado entre as partes. A Diretoria utiliza julgamento significativo para avaliar os méritos técnicos de cada processo administrativo ou judicial e a probabilidade e potenciais valores de perda, considerando a complexidade do ambiente tributário e da legislação brasileira, incluindo a existência e interpretação de jurisprudência aplicável e julgamentos em curso. A avaliação da Diretoria também envolve assistência dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

A auditoria da avaliação realizada pela Diretoria sobre a probabilidade de perda em demandas tributárias foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da complexidade envolvida na avaliação e interpretação da legislação tributária aplicável e da jurisprudência aplicável, que requer um grau relevante de julgamento pela Diretoria, com suporte dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia; (ii) dos valores envolvidos e da incerteza significativa das estimativas relacionadas com o resultado das decisões judiciais; e (iii) dos esforços adicionais de auditoria, que incluem o envolvimento de nossos especialistas tributários.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação de processos administrativos e judiciais tributários, incluindo as premissas e os méritos técnicos das posições tributárias utilizadas na avaliação da probabilidade de perda, bem como o processo de mensuração, registro e divulgação dos valores relacionados às contingências tributárias.
- Efetuamos a leitura e o entendimento do acordo de indenização celebrado pela Companhia com os antigos controladores.
- Testamos a integridade das demandas judiciais tributárias sujeitas à avaliação da Diretoria.
- Com a assistência de nossos especialistas tributários, desafiamos a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda estimada para uma amostra de contingências materiais, para as quais:
  - Obtivemos um entendimento e avaliamos os julgamentos da Diretoria, os méritos técnicos e a documentação que suporta a avaliação, incluindo a leitura e a avaliação de pareceres técnicos, opiniões legais ou outros documentos obtidos dos consultores jurídicos externos da Companhia.
  - Inspecionamos e avaliamos as respostas às confirmações externas enviadas aos principais consultores jurídicos externos da Companhia.
  - Avaliamos os julgamentos efetuados pela Diretoria, usando nosso conhecimento e experiência com a aplicação de leis tributárias e evoluções jurisprudenciais nos ambientes regulatórios e tributários aplicáveis.
  - Testamos as premissas, as informações subjacentes e a acurácia do cálculo dos valores relacionados às provisões tributárias registradas e divulgações de contingências tributárias.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda das demandas tributárias e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acordo para alienação de participação na Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")

Por que é um PAA

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava investimento na entidade controlada em conjunto Bellamar Empreendimento e Participações S.A. ("Bellamar") no valor de R$326 milhões, reconhecido com base no método da equivalência patrimonial, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, líquido de provisão para perdas por recuperabilidade do investimento no valor de R$521 milhões reconhecida no exercício. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 11.1 e nº 11.2 às demonstrações financeiras, a Companhia celebrou em 8 de dezembro de 2025 documentos definitivos e vinculantes com o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") para alienação de sua participação indireta detida por meio da entidade Bellamar na FIC, pelo valor de R$260 milhões. A entrega definitiva da participação está prevista para ocorrer em dois anos a partir da conclusão das condições precedentes previstas nos documentos, incluindo a aprovação dos órgãos reguladores Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e Banco Central do Brasil - BACEN.

A auditoria do tratamento contábil adotado pela Companhia para refletir os efeitos trazidos pela transação foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) de certa complexidade envolvida na interpretação e escolha do tratamento contábil apropriado aos efeitos produzidos pela transação, em especial à obrigação de entrega futura da participação, (ii) do julgamento aplicado à seleção das premissas envolvidas na mensuração do valor recuperável do investimento, e (iii) pela existência de deficiência na operação do controle sobre a mensuração do valor recuperável do investimento, identificada em exercícios anteriores.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:

- Efetuamos a leitura e o entendimento dos documentos representativos do acordo celebrado pela Companhia com o atual controlador e os demais sócios da FIC e confirmamos as premissas adotadas pela Companhia.
- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação de transações não usuais e dos processos e controles na determinação de premissas e mensuração do valor recuperável de ativos.
- Avaliamos o tratamento contábil adotado à luz das normas contábeis.
- Avaliamos o julgamento da Diretoria na seleção das premissas aplicadas ao teste de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia dessas premissas.
- Avaliamos se as premissas e as projeções usadas pela Diretoria são razoáveis considerando os resultados apresentados pela FIC e a consistência dessas premissas com os termos contratuais dos documentos representativos do acordo.
- Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.

No decorrer de nossa auditoria foram identificados que a deficiência na operação do controle não foi remediada e o ajuste que afetaria a mensuração e a divulgação do valor recuperável do investimento, o qual foi registrado pela Companhia por ter sido considerado material.

Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre o tratamento contábil aplicável à transação, o valor recuperável mensurado do investimento e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria e apresentadas como informação suplementar para fins de "IFRS *Accounting Standards*", foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS *Accounting Standards*", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do Grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2026.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Natacha Rodrigues dos Santos
Contadora
CRC nº 1 SP 257140/O-0

Deloitte.

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 12/02/2026 | 00:26:28 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/